



Gerenciamento de Riscos e Capital Pilar 3

3T17



OBJETIVO	4
PRINCIPAIS INDICADORES	4
1 GERENCIAMENTO DE RISCOS	5
1.1 Apetite de Risco	6
1.2 Cultura de Risco	7
1.3 Governança de Riscos e Capital	7
1.4 Remuneração Ajustada ao Risco	8
2 CAPITAL	9
2.1 Gerenciamento de Capital	9
2.2 Avaliação da Adequação de Capital	9
2.3 Teste de Estresse	9
2.4 Requerimentos de Capital Vigentes e em implantação	10
2.5 Composição do Capital	12
2.6 Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	14
Ativos Ponderados de Risco de Crédito (RWA_{CPAD})	14
Ativos Ponderados de Risco de Mercado (RWA_{MINT})	15
Ativos Ponderados de Risco Operacional (RWA_{OPAD})	15
2.7 Adicional de Capital Principal	15
2.8 Suficiência de Capital	16
2.9 Índice de Alavancagem	18
3 BALANÇO PATRIMONIAL	19
Balanço Patrimonial	19
Instituições Integrantes das demonstrações contábeis do Itaú Unibanco <i> Holding</i>	21
Instituições relevantes	22
4 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS NÃO CLASSIFICADAS NA CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO	23
5 RISCO DE CRÉDITO	24
5.1 Estrutura e Tratamento	24
5.2 Análise da Carteira de Crédito	25
Operações com Características de Concessão de Crédito por País e por Região Geográfica do Brasil	25
Operações com Características de Concessão de Crédito por Setor Econômico	26
Prazo a decorrer das operações	27
Concentração nos Maiores Devedores	27
Operações em atraso	28
Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	28
Instrumentos Mitigadores	29
Risco de Crédito de Contraparte	30
Aquisição, Venda ou Transferência de Ativos Financeiros	32
Operações de Securitização	34
Derivativos de Crédito	35
6 RISCO DE MERCADO	36
6.1 Estrutura e Tratamento	36
6.2 Análise da Carteira de Mercado	37
Risco de taxa de juros na carteira de não negociação	37
Evolução da Carteira de Negociação	38
Evolução da Carteira de Derivativos	38
VaR - Consolidado Itaú Unibanco	39
VaR e VaR Estressado Modelo Interno - Carteira Regulatória	39
Teste de Estresse	40
Teste de Aderência	40
Apreçamento de Instrumentos Financeiros	40

7 RISCO OPERACIONAL	41
7.1 Estrutura e Tratamento	41
7.2 Gestão de Crises e Continuidade dos Negócios	42
7.3 Validação Independente de Modelos de Risco	42
8 RISCO DE LIQUIDEZ	43
8.1 Estrutura e Tratamento	43
8.2 Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR)	44
9 OUTROS RISCOS	45
Riscos de Seguros, Previdência e Capitalização	45
Risco Socioambiental	45
Risco Regulatório	46
Risco de Modelo	46
Risco País	46
Risco de Negócio e Estratégia	46
Risco Reputacional	47
10 ANEXO I	49
11 GLOSSÁRIOS	52
11.1 Glossário de Siglas	52
11.2 Glossário de Regulamentos	54

Objetivo

O presente documento apresenta as informações do Itaú Unibanco *Holding S.A.* (Itaú Unibanco) requeridas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) através da Circular 3.678, e alterações posteriores, que dispõe sobre a divulgação de informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA, do inglês “*Risk Weighted Assets*”) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR), em conformidade com os normativos institucionais do Itaú Unibanco.

Para informações suplementares às citadas neste documento, consultar os demais relatórios de acesso público disponíveis em www.itaunet.com.br/relacoes-com-investidores.

As informações contidas no site www.itaunet.com.br/relacoes-com-investidores, citadas neste documento, são complementares a esta publicação, e não houve alterações relevantes no período entre suas respectivas divulgações e a data-base deste relatório.

Principais Indicadores

O foco do gerenciamento de riscos e capital do Itaú Unibanco é manter a instituição dentro das diretrizes de risco do Conselho de Administração (CA). Abaixo estão os principais indicadores do relatório, apurados com base no Conglomerado Prudencial, na data-base de 30 de setembro de 2017.

Índice de Capital Principal

16,7%

30 de junho de 2017: 15,7%

Índice de Nível I

16,7%

30 de junho de 2017: 15,7%

Índice de Basileia

19,5%

30 de junho de 2017: 18,4%

Capital Principal

R\$ 120.260 milhões

30 de junho de 2017: R\$ 113.816 milhões

Nível I

R\$ 120.311 milhões

30 de junho de 2017: R\$ 113.865 milhões

Patrimônio de Referência

R\$ 140.102 milhões

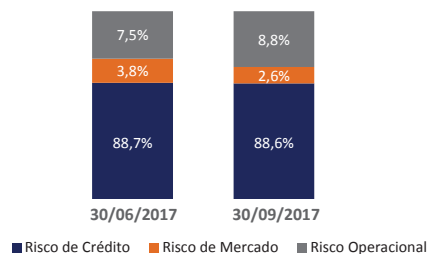
30 de junho de 2017: R\$ 133.654 milhões

RWA

R\$ 719.635 milhões

30 de junho de 2017: R\$ 724.483 milhões

Composição do RWA

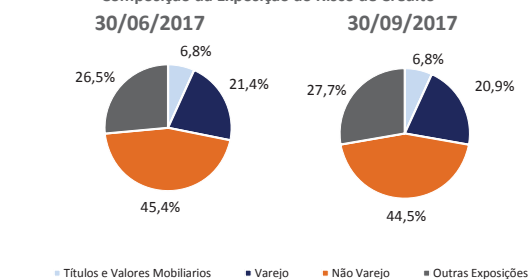


Exposição ao Risco de Crédito

R\$637.758 milhões

30 de junho de 2017: R\$ 642.616 milhões

Composição da Exposição ao Risco de Crédito⁽¹⁾



⁽¹⁾ Classificação de acordo com as regras da Circular BACEN 3.644

1 Gerenciamento de Riscos

Assumir e gerenciar riscos é uma das atividades do Itaú Unibanco e, para isso, a instituição deve ter bem estabelecidos os objetivos para a gestão de riscos. Nesse contexto, o apetite de riscos define a natureza e o nível dos riscos aceitáveis para a instituição e a cultura de riscos orienta as atitudes necessárias para gerenciá-los. O Itaú Unibanco busca por processos robustos de gerenciamento de riscos, que permeiem toda a instituição e que sejam a base das decisões estratégicas para assegurar a sustentabilidade dos negócios.

Estes processos estão alinhados às diretrizes do CA e dos Executivos que, por meio de órgãos colegiados, definem os objetivos globais, expressos em metas e limites para as unidades de negócio gestoras de risco. As unidades de controle e gerenciamento de capital, por sua vez, apoiam a administração do Itaú Unibanco através dos processos de monitoramento e análise de risco e capital.

Os princípios que fornecem os fundamentos do gerenciamento de riscos, do apetite de riscos e as diretrizes para a forma de atuação dos colaboradores do Itaú Unibanco no dia a dia para a tomada de decisão são:

- Sustentabilidade e satisfação dos clientes: a visão do Itaú Unibanco é ser o banco líder em performance sustentável e em satisfação dos clientes, por isso, preocupa-se em gerar valor compartilhado para colaboradores, clientes, acionistas e sociedade, garantindo a perenidade do negócio. O Itaú Unibanco preocupa-se em fazer negócios que sejam bons para o cliente e para a instituição;
- Cultura de Risco: a cultura de risco da instituição vai além de políticas, procedimentos e processos, e fortalece a responsabilidade individual e coletiva de todos os colaboradores para que façam a coisa certa, no momento certo e de maneira correta, respeitando a forma ética de fazer negócios. A Cultura de Risco está descrita no item 1.2 “Cultura de Risco”;
- Apreçamento do risco: o Itaú Unibanco atua e assume riscos em negócios que conhece e entende, e evita riscos que não conhece ou não tem vantagem competitiva, avaliando cuidadosamente a relação de risco e retorno;
- Diversificação: a instituição tem baixo apetite por volatilidade nos resultados e por isso atua em uma base diversificada de clientes, produtos e negócios, buscando a diversificação dos riscos, além de priorizar negócios de menor risco;
- Excelência operacional: o Itaú Unibanco quer ser um banco ágil, com infraestrutura robusta e estável, de forma a oferecer um serviço de alta qualidade;
- Ética e respeito à regulação: para o Itaú Unibanco ética é inegociável, por isso, a instituição promove um ambiente institucional íntegro, orientando os colaboradores a cultivar a ética nos relacionamentos e nos negócios, e o respeito às normas, zelando pela reputação da instituição.

Em 23 de fevereiro de 2017 o BACEN publicou a Resolução CMN 4.557 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital. Destacam-se na resolução a implementação de uma estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos, os requerimentos para definição da Declaração de Apetite por Riscos (RAS, do inglês “*Risk Appetite Statement*”) e do programa de teste de estresse, a constituição de Comitê de Riscos e a indicação, perante o BACEN, do diretor para gerenciamento de riscos (CRO), com atribuição de papéis, responsabilidades e requisitos de independência. A Resolução CMN 4.557 entrou em vigor em 21 de agosto de 2017, e revoga as Resoluções CMN 3.380, 3.464, 3.721, 3.988, e 4.090, que dispõem sobre a implementação de estrutura de gerenciamento do risco operacional, mercado, crédito, capital e liquidez, respectivamente.

O Itaú Unibanco está aderente às melhores práticas de gerenciamento de riscos e capital previstas na Resolução CMN 4.557, de forma que não possui impactos significativos decorrentes da sua adoção.

1.1 Apetite de Risco

Em 2016 o Itaú Unibanco revisou sua política de apetite de risco, estabelecida e aprovada pelo CA, que direciona a sua estratégia de negócios. O apetite de risco da instituição é fundamentado na seguinte declaração do CA:

“Somos um banco universal, operando predominantemente na América Latina. Apoiados em nossa cultura de riscos, atuamos com rigoroso padrão ético e de cumprimento regulatório, buscando resultados elevados e crescentes, com baixa volatilidade, mediante o relacionamento duradouro com o cliente, apreçamento correto dos riscos, captação pulverizada de recursos e adequada utilização do capital.”

A partir da declaração, foram definidas cinco dimensões, cada uma delas composta por um conjunto de métricas associadas aos principais riscos envolvidos, combinando formas complementares de mensuração, buscando uma visão abrangente das nossas exposições:

- Dimensão de capitalização: estabelece que o Itaú Unibanco deve ter capital suficiente para se proteger de uma grave recessão ou de um evento de estresse sem necessidade de adequação da estrutura de capital em circunstâncias desfavoráveis. É monitorada através do acompanhamento dos índices de capital do Itaú Unibanco, em situação normal e em estresse e dos *ratings* de emissão de dívidas da instituição;
- Dimensão de liquidez: estabelece que a liquidez da instituição deverá suportar longos períodos de estresse. É monitorada através do acompanhamento dos indicadores de liquidez;
- Dimensão de composição dos resultados: define que os negócios serão focados principalmente na América Latina, onde o Itaú Unibanco terá uma gama diversificada de clientes e produtos, com baixo apetite por volatilidade de resultados e por risco elevado. Esta dimensão compreende aspectos de negócios e rentabilidade, risco de mercado e crédito. As métricas monitoradas buscam garantir, por meio de limites de concentração de exposição como, por exemplo, setores de indústria, qualidade das contrapartes, países e regiões geográficas e fatores de riscos, adequada composição das nossas carteiras, visando à baixa volatilidade dos resultados e à sustentabilidade dos negócios;
- Dimensão de risco operacional: foca no controle dos eventos de risco operacional que possam impactar negativamente a estratégia de negócio e operação, realizado através do monitoramento dos principais eventos de risco operacional e das perdas incorridas;
- Dimensão de reputação: aborda riscos que possam impactar o valor da marca e da reputação da instituição junto a clientes, funcionários, reguladores, investidores e público geral. O monitoramento dos riscos nesta dimensão é feito através do acompanhamento da satisfação e insatisfação dos clientes, da exposição nas mídias, além da observância da conduta da instituição.

O CA é o responsável pela aprovação das diretrizes e limites do apetite de risco, desempenhando suas responsabilidades com o apoio do Comitê de Gestão de Risco e Capital (CGRC) e do *Chief Risk Officer* (CRO).

As métricas são monitoradas frequentemente e devem respeitar os limites definidos. O monitoramento é reportado às comissões de riscos e ao CA e orienta a tomada de medidas preventivas de forma a garantir que as exposições estejam dentro dos limites estabelecidos e alinhados à nossa estratégia.

1.2 Cultura de Risco

Visando a fortalecer os valores e alinhar o comportamento dos colaboradores do Itaú Unibanco com as diretrizes estabelecidas para gestão de risco, a instituição adota diversas iniciativas para disseminar a cultura de risco. A Cultura de Risco do Itaú Unibanco é baseada em quatro princípios básicos: a tomada consciente de riscos, a discussão e a ação sobre os riscos da instituição e a responsabilidade de todos pela gestão de risco.

Esses princípios articulam as diretrizes do Itaú Unibanco auxiliando os colaboradores a entender, identificar, mensurar, gerenciar e mitigar os riscos de maneira consciente.

Além de políticas, procedimentos e processos, a cultura de risco fortalece a responsabilidade individual e coletiva dos colaboradores na gestão de riscos inerentes às atividades exercidas individualmente, respeitando de maneira ética a gestão dos negócios.

A instituição promove a cultura de risco, enfatizando o comportamento que irá ajudar as pessoas em qualquer nível da instituição a assumir e gerenciar o risco conscientemente. Com esses princípios disseminados pela instituição, há um incentivo para que o risco seja entendido e discutido abertamente, mantendo-se dentro dos níveis determinados pelo apetite de risco, e assumindo a responsabilidade individual por cada colaborador do Itaú Unibanco, independentemente de sua posição, área ou função.

O Itaú Unibanco também disponibiliza canais para comunicar falhas operacionais, fraude interna ou externa, conflitos no ambiente de trabalho ou casos que podem ocasionar transtornos e/ou prejuízo para a instituição ou lesar os clientes. Todos os colaboradores ou terceiros têm a responsabilidade de comunicar os problemas imediatamente, assim que tomarem conhecimento da situação.

1.3 Governança de Riscos e Capital

O CA é o órgão principal por estabelecer as diretrizes, políticas e alçadas para a gestão de riscos e capital. Por sua vez, o CGRC é responsável por apoiar o CA no desempenho de suas atribuições relacionadas à gestão de riscos e de capital. Já no nível executivo, são estabelecidos órgãos colegiados, presididos pelo *Chief Executive Officer* (CEO) do Itaú Unibanco, que são responsáveis pela gestão de riscos e capital e cujas decisões são acompanhadas no âmbito do CGRC.

Adicionalmente, a instituição possui órgãos colegiados, que exercem responsabilidades delegadas na gestão de riscos e capital, presididos pelo diretor vice presidente da Área de Controle e Gestão de Riscos e Finanças (ACGRF).

Além disso, para dar suporte a essa estrutura, a ACGRF é estruturada por diretorias especializadas. O objetivo é assegurar, de forma independente e centralizada, que os riscos e o capital da instituição sejam administrados de acordo com as políticas e procedimentos estabelecidos.

A descrição detalhada dessa estrutura pode ser consultada no Relatório Anual Consolidado, na seção Nossa Gestão de Riscos. O Relatório Anual Consolidado está disponível no site www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Informações Financeiras.

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos do Itaú Unibanco está em conformidade com as regulamentações vigentes no Brasil e no exterior e em linha com as melhores práticas de mercado. As responsabilidades sobre o gerenciamento de risco no Itaú Unibanco estão estruturadas de acordo com o conceito de três linhas de defesa, a saber:

- na primeira linha de defesa, as áreas de negócio e áreas corporativas de suporte realizam a gestão dos riscos por elas originados através da identificação, avaliação, controle e reporte dos mesmos;
- na segunda linha de defesa, uma unidade independente realiza o controle dos riscos de forma centralizada visando a assegurar que os riscos do Itaú Unibanco sejam administrados de acordo com o apetite de risco, as políticas e os procedimentos estabelecidos. Assim, o controle centralizado provê ao CA e aos executivos uma visão global das exposições do Itaú Unibanco de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas;
- na terceira linha de defesa, a auditoria interna promove a avaliação independente das atividades desenvolvidas na instituição, permitindo à alta administração aferir a adequação dos controles, a efetividade do gerenciamento dos riscos e o cumprimento das normas internas e requisitos regulamentares.

O Itaú Unibanco utiliza sistemas automatizados e robustos para completo atendimento aos regulamentos de capital, bem como para mensuração de riscos, seguindo as determinações e modelos regulatórios vigentes. Também coordena as ações para verificação da aderência aos requisitos qualitativos e quantitativos estabelecidos pelos reguladores para observação do capital mínimo exigido e monitoramento dos riscos.

1.4 Remuneração Ajustada ao Risco

As diretrizes de Remuneração têm como objetivos atrair, reter e recompensar de forma meritocrática os colaboradores, incentivando níveis prudentes de exposição ao risco nas estratégias de curto, médio e longo prazo. O Comitê de Remuneração, em linha com os requisitos da Resolução CMN 3.921 e com reporte ao CA, é responsável por definir as diretrizes dos modelos de remuneração dos colaboradores e a política de remuneração dos administradores das empresas do Itaú Unibanco.

As práticas de remuneração levam em conta a estratégia da instituição, as legislações gerais e específicas para cada negócio ou região de atuação e a gestão adequada dos riscos ao longo do tempo. A remuneração variável considera os riscos correntes e potenciais, incentivando a busca de resultados sustentáveis e desencorajando tomadas de decisão que envolva riscos excessivos e inadequados.

Para maiores informações sobre remuneração no Itaú Unibanco, consultar a Nota Explicativa “16 - Patrimônio Líquido”, das Demonstrações Contábeis Completas que pode ser visualizada no site www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores.

2 Capital

2.1 Gerenciamento de Capital

O CA é o principal órgão no gerenciamento de capital do Itaú Unibanco, responsável por aprovar a política institucional de gerenciamento de capital e as diretrizes acerca do nível de capitalização da instituição. O Conselho também é responsável pela aprovação integral do relatório do ICAAP (Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital), processo que visa a avaliar a adequação do capital do Itaú Unibanco.

No nível executivo, existem órgãos colegiados responsáveis por aprovar metodologias de avaliação dos riscos e de cálculo de capital, assim como revisar, monitorar e recomendar ao CA documentos e temas relativos a capital.

De forma a prover informações necessárias ao CA, elabora-se relatórios gerenciais que informam a adequação de capital da instituição, bem como as projeções de níveis de capital, em situações normais e de estresse. Há uma estrutura que coordena e consolida informações e processos relacionados, todos sujeitos à verificação pelas áreas independentes de validação, controles internos e auditoria.

O documento “Relatório de Acesso Público – Gerenciamento de Capital”, que expressa as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de gerenciamento de capital, pode ser visualizado no site www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas.

2.2 Avaliação da Adequação de Capital

Para avaliar sua suficiência de capital, anualmente, o Itaú Unibanco adota o fluxo apresentado a seguir:

- Identificação dos riscos aos quais a instituição está exposta e análise de sua materialidade;
- Avaliação da necessidade de capital para os riscos materiais;
- Desenvolvimento de metodologias para quantificação de capital adicional;
- Quantificação de capital e avaliação interna de adequação de capital;
- Plano de Capital e Contingência;
- Envio de relatório de adequação de capital ao BACEN.

Adotando uma postura prospectiva no gerenciamento do seu capital, o Itaú Unibanco implantou sua estrutura de gerenciamento de capital e seu ICAAP, atendendo, dessa forma, à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) 3.988, à Circular BACEN 3.547 e à Carta-Circular BACEN 3.774.

O resultado do último ICAAP – realizado para data-base dezembro de 2016 - apontou que o Itaú Unibanco dispõe, além de capital para fazer face a todos os riscos materiais, de significativa folga de capital, garantindo assim a solidez patrimonial da instituição.

2.3 Teste de Estresse

O teste de estresse é um processo de simulação de condições econômicas e de mercado extremas nos resultados e capital da instituição. A instituição realiza este teste com o objetivo de avaliar a sua solvência em cenários plausíveis de crise sistêmica, bem como de identificar áreas mais suscetíveis ao impacto do estresse que possam ser objeto de mitigação de risco.

A estimação das variáveis macroeconômicas para cada cenário de estresse é realizada pela área de pesquisa econômica. Os cenários são definidos levando em conta sua relevância para o resultado do banco e a probabilidade de ocorrência, e são submetidos anualmente à aprovação do CA. As projeções das variáveis macroeconômicas (como por exemplo, PIB, taxa básica de juros e inflação) e do mercado de crédito (como captações, concessões, taxas de inadimplência, spread e tarifas) são geradas a partir de choques exógenos ou através de modelos validados por uma área independente.

Em seguida, os cenários de estresse adotados são utilizados para sensibilizar o resultado e o balanço orçados, dos quais decorrem os ativos ponderados ao risco e os índices de capital e de liquidez em cada cenário.

O teste de estresse também é parte integrante do ICAAP, com o principal objetivo de avaliar se, mesmo em situações adversas severas, a instituição teria níveis adequados de capital, não impactando o desenvolvimento de suas atividades.

As informações geradas permitem a identificação de potenciais fatores de risco nos negócios, subsidiando decisões estratégicas do CA, o processo orçamentário e o processo de gerenciamento de riscos, além de servirem de insumo para métricas de apetite de risco.

2.4 Requerimentos de capital vigentes e em implantação

Os requerimentos mínimos de capital do Itaú Unibanco seguem o conjunto⁽²⁾ de resoluções e circulares divulgadas pelo BACEN que implantam no Brasil os padrões globais de requerimento de capital conhecidos como Basileia III. São expressos na forma de índices que relacionam o capital disponível - demonstrado pelo Patrimônio de Referência (PR), ou Capital Total, composto pelo Nível I (que compreende o capital principal e o capital complementar) e pelo Nível II - e os ativos ponderados pelo risco.

Os índices de Capital Total, de Capital de Nível I e de Capital Principal são apurados na forma consolidada, aplicados às instituições integrantes do Conglomerado Prudencial⁽³⁾, que abrange não só as instituições financeiras como também as administradoras de consórcio, as instituições de pagamento, as sociedades que realizam aquisição de operações ou assumam direta ou indiretamente risco de crédito e os fundos de investimento nos quais a instituição retenha substancialmente riscos e benefícios.

Para fins de cálculo desses requerimentos mínimos de capital, apura-se o montante total do RWA pela soma das parcelas dos ativos ponderados pelos riscos de crédito, de mercado e operacional. O Itaú Unibanco utiliza as abordagens padronizadas para o cálculo das parcelas de crédito e operacional.

A partir de 1º de setembro de 2016, o BACEN autorizou o Itaú Unibanco a utilizar modelos internos de risco de mercado para apuração do montante total do capital regulatório (RWA_{MINT}), em substituição à parcela RWA_{MPAD} , conforme previsto na Circular BACEN 3.646.

Para as unidades externas, utiliza-se a abordagem padronizada. Desta forma, não fazem parte do uso de modelos internos as unidades da Argentina, Chile, Itaú BBA International, Itaú BBA Colômbia, Paraguai e Uruguai.

As abordagens de risco de crédito, mercado e operacional estão descritas no item “2.6 Ativos Ponderados pelo Risco”.

De 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017, o índice mínimo de capital requerido é de 9,25%, e, seguindo cronograma de redução gradual, chegará a 8% em 1º de janeiro de 2019.

Além dos mínimos regulatórios, as normas do BACEN estabeleceram um Adicional de Capital Principal (ACP), correspondente à soma das parcelas $ACP_{Conservação}$, $ACP_{Contracíclico}$ e $ACP_{Sistêmico}$ que, em conjunto com as exigências mencionadas, aumentam a necessidade de capital ao longo do tempo. O valor de cada uma das parcelas e os mínimos regulatórios, conforme definido na Resolução CMN 4.193, estão descritos na tabela a seguir.

Basileia III também redefiniu os requisitos para a qualificação dos instrumentos elegíveis a Capital de Nível I e Nível II, regulamentados no Brasil pela Resolução CMN 4.192. Essa reforma incluiu um cronograma de *phase-out* para os instrumentos já considerados no capital, emitidos anteriormente à vigência da norma, que não atendam integralmente as novas exigências.

A tabela abaixo apresenta o cronograma de implantação das regras de Basileia III no Brasil, definido pelo BACEN, sendo que os números referem-se à porcentagem dos ativos ponderados pelo risco do Itaú Unibanco.

Cronograma de Implantação de Basileia III	A partir de 1º de janeiro				
	2015	2016	2017	2018	2019
Capital Principal	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%
Nível I	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%
Capital Total	11%	9,875%	9,25%	8,625%	8,0%
Adicional de Capital Principal (ACP)	0,0%	0,625%	1,50%	2,375%	3,5%
de Conservação	0%	0,625%	1,25%	1,875%	2,5%
Contracíclico ⁽¹⁾	0%	0%	0%	0%	0%
de Importância Sistêmica	0%	0%	0,25%	0,5%	1,0%
Capital Principal + ACP	4,5%	5,125%	6,0%	6,875%	8,0%
Capital Total + ACP	11,0%	10,5%	10,75%	11,0%	11,5%
Deduções dos Ajustes Prudenciais	40%	60%	80%	100%	100%

⁽¹⁾ $ACP_{Contracíclico}$ é fixado pelo Comitê de Estabilidade Financeira (Comef) com base nas discussões acerca do ritmo de expansão do crédito (Comunicado BACEN nº 30.371), e atualmente está definido em zero. Na hipótese de elevação do requerimento, o novo percentual vigorará a partir de doze meses após a divulgação.

Além dos requerimentos mínimos de capital, está em vigor - desde o quarto trimestre de 2015 - a Circular BACEN 3.748, que incorpora o Índice de Alavancagem ao arcabouço de Basileia III no Brasil. Maiores detalhes podem ser visualizados no item “2.9 Índice de Alavancagem” deste relatório.

⁽²⁾ As normas que implantaram as regras de Basileia III no Brasil foram divulgadas a partir de 1º de março de 2013, através das Resoluções do CMN 4.192 a 4.195 (a Resolução 4.195 foi revogada pela Resolução 4.280), em conjunto com 15 Circulares publicadas pelo BACEN em 4 de março do mesmo ano, bem como alterações posteriores.

⁽³⁾ Maiores detalhes do Conglomerado Prudencial podem ser consultados na Circular BACEN 3.701, na Resolução CMN 4.280 ou no link: <http://www.bcb.gov.br/?REGPRUDENCIAL>

Ademais, em março de 2015, entrou em vigor a Circular BACEN 3.751, que dispõe sobre a apuração dos indicadores relevantes para a avaliação da importância sistêmica global (IAISG) de instituições financeiras do Brasil. O índice de importância sistêmica global do Itaú Unibanco foi de 29 em 2015. O valor mínimo para uma instituição ser considerada de importância sistêmica global é de 130, de acordo com a regulamentação vigente em Basileia. As informações sobre os valores dos indicadores do Índice de Importância Sistêmica Global podem ser visualizadas no site www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores, seção “Governança Corporativa”, “Índice de Importância Sistêmica Global”.

A aderência do BACEN às normas recomendadas pelo Comitê de Basileia foi avaliada no final de 2013 através do programa “Regulatory Consistency Assessment Programme” (RCAP)⁽⁴⁾. As regras vigentes no Brasil foram consideradas aderentes - nos termos do *Bank for International Settlements* (BIS), o Brasil foi considerado uma “compliant jurisdiction” - ou seja, os padrões de capital estabelecidos no Brasil atendem aos requisitos mínimos internacionalmente vigentes. As divergências apontadas foram consideradas pouco significativas.

Requisitos mínimos de capital para Seguros

O Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) divulgou, em julho de 2015, a Resolução CNSP 321 e suas posteriores alterações, que dispõe, entre outros assuntos, sobre os requerimentos mínimos de capital para os riscos de subscrição, de crédito, operacional e de mercado referentes a seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras.

⁽⁴⁾ *Regulatory Consistency Assessment Programme (RCAP). Assessment of Basel III regulations in Brazil, December 2013, com atualização em março de 2017 sem pontos adicionais materiais.*

2.5 Composição do Capital

O PR utilizado para verificar o cumprimento dos limites operacionais impostos pelo BACEN consiste no somatório de três itens, denominados:

- Capital Principal: soma de capital social, reservas e lucros acumulados, menos deduções e ajustes prudenciais;
- Capital Complementar: composto por instrumentos de caráter perpétuo que atendam a requisitos de elegibilidade. Somado ao Capital Principal, compõe o Nível I;
- Nível II: composto por instrumentos de dívida subordinada de vencimento definido que atendam a requisitos de elegibilidade. Somado ao Capital Principal e ao Capital Complementar, compõe o Capital Total.

A tabela abaixo apresenta a composição do PR segregado entre Capital Principal, Capital Complementar e de Nível II, considerando seus respectivos ajustes prudenciais, conforme estabelecido pelas normas vigentes.

Composição do Patrimônio de Referência

R\$ milhões

	30/09/2017	30/06/2017	30/09/2016
Patrimônio Líquido Itaú Unibanco Holding S.A. (Consolidado)	123.631	118.379	114.715
Participações de Não Controladores	11.445	11.746	13.219
Alteração de Participação em Subsidiária em Transação de Capital	1.818	2.150	2.825
Patrimônio Líquido Consolidado (BACEN)	136.894	132.275	130.759
Ajustes Prudenciais do Capital Principal	(16.634)	(18.459)	(15.395)
Capital Principal	120.260	113.816	115.364
Ajustes Prudenciais do Capital Complementar	51	49	572
Capital Complementar	51	49	572
Nível I (Capital Principal + Capital Complementar)	120.311	113.865	115.936
Instrumentos Elegíveis para Compor o Nível II	19.723	19.723	23.488
Ajustes Prudenciais do Nível II	68	66	133
Nível II	19.791	19.789	23.622
Patrimônio de Referência (Nível I + Nível II)	140.102	133.654	139.557

Os Ajustes Prudenciais mais relevantes para o Itaú Unibanco são apresentados na tabela a seguir. Juntos, eles correspondem a mais de 90% dos ajustes prudenciais em 30 de setembro de 2017.

Composição dos Ajustes Prudenciais

R\$ milhões

	30/09/2017	30/06/2017	30/09/2016	Ref. Anexo I
Ágios pagos na aquisição de investimentos	8.094	8.744	7.374	(e)
Ativos Intangíveis	4.899	4.458	3.071	(h) / (i)
Créditos tributários	4.620	5.877	4.345	(b)
Valor agregado das participações líquidas superiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN	-	-	-	
Excedente de capital principal de não controladores	421	418	1.188	
Ajuste relativo ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa de itens protegidos que não tenham seus ajustes de marcação a mercado registrados contabilmente	(1.722)	(1.575)	(1.123)	
Outros	322	537	540	
Total	16.634	18.459	15.395	

Durante o exercício de 2017, o Itaú Unibanco recomprou R\$ 1.377 milhões em ações de emissão própria. Essas ações ficam registradas na rubrica “Ações em Tesouraria”, que alcançou R\$ (2.409) milhões em 30 de setembro de 2017. As ações em tesouraria reduzem o Patrimônio Líquido da instituição, causando a redução de sua base de capital.

Nesse período, o valor de dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) pagos / provisionados, que afeta a base de capital da instituição, atingiu R\$ 9.523 milhões. Os dividendos são deduzidos do Patrimônio Líquido da instituição, reduzindo assim sua base de capital. Já o JCP que é contabilizado como despesa diretamente no resultado, reduz o Lucro Líquido da instituição, reduzindo também, conseqüentemente, sua base de capital.

A composição detalhada do Patrimônio de Referência pode ser observada no Anexo I – “Composição do Patrimônio de Referência (PR) e Informações sobre a adequação do PR” - deste documento.

Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

A tabela abaixo apresenta as emissões de dívidas subordinadas e outros instrumentos elegíveis a capital Nível II:

Instrumentos Elegíveis a Capital Nível II

Nome do Papel	Vencimentos						30/09/2017	30/06/2017	30/09/2016
	<1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-4 anos	4-5 anos	> 5 anos	Total	Total	Total
CDB	-	-	-	-	-	-	-	-	2.278
Letras Financeiras	11.081	2.970	43	12	2.420	1.714	18.240	20.580	25.513
Euronotes	-	-	3.217	3.959	11.622	5.966	24.765	25.854	25.359
Dívida Subordinada (set/17)	11.081	2.970	3.261	3.971	14.043	7.680	43.005	46.434	53.150
Dívida Subordinada não elegível a capital	139	247	168	166	244	4.436	5.401	5.671	5.582
Dívida Subordinada - Total (set/17)	11.220	3.217	3.429	4.137	14.287	12.115	48.406	52.104	58.732
Dívida Subordinada após redutor (set/17)	-	594	1.304	2.383	11.234	7.680	23.195	25.743	30.013
Dívida Subordinada Elegível a capital (dez/12)	-	990	290	4.235	7.093	26.514	39.122	39.122	38.824
Ações Preferenciais Resgatáveis (dez/12)	-	-	323	-	-	-	323	323	323
Instrumentos com aplicação do Limitador (dez/12)⁽¹⁾	-	495	307	2.117	3.547	13.257	19.723	19.723	23.488
Instrumentos Elegíveis a Capital (set/17)⁽²⁾	-	495	307	2.117	3.547	13.257	19.723	19.723	23.488

⁽¹⁾ Instrumentos elegíveis a capital de dez/12 com aplicação do limitador de acordo com art. 28º da Resolução CMN 4.192.

⁽²⁾ Conforme legislação vigente, para o cálculo do Patrimônio de Referência de set/17, foi considerado o saldo dos instrumentos elegíveis a capital de dez/12.

Maiores detalhes referentes aos instrumentos integrantes do Patrimônio de Referência podem ser visualizados no [site www.itaú.com.br/relacoes-com-investidores](http://www.itaú.com.br/relacoes-com-investidores), seção Governança Corporativa, Planilha de apoio – Pilar 3, Anexo I e II - Pilar 3, Anexo II – “Principais Características dos Instrumentos do Patrimônio de Referência (PR)”.

2.6 Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)

De acordo com a Resolução CMN 4.193 e alterações posteriores, para fins do cálculo dos requerimentos mínimos de capital, deve ser apurado o montante de RWA, obtido pela soma das seguintes parcelas:

$$RWA = RWA_{CPAD} + RWA_{MINT} + RWA_{OPAD}$$

- RWA_{CPAD} = parcela relativa às exposições ao risco de crédito, calculada segundo abordagem padronizada;
- RWA_{MINT} = parcela relativa ao capital requerido para risco de mercado, composta pelo máximo entre o modelo interno e 80% do modelo padronizado, regulamentada pelas Circulares BACEN 3.646 e 3.674;
- RWA_{OPAD} = parcela relativa ao capital requerido para o risco operacional, calculada segundo abordagem padronizada.

A tabela abaixo apresenta de forma consolidada a evolução da composição do RWA do Itaú Unibanco.

Composição dos Ativos Ponderados Pelo Risco

	R\$ milhões					
Exposições ao Risco	30/09/2017		30/06/2017		30/09/2016	
Ativos Ponderados de Risco de Crédito (RWA_{CPAD})	637.758	88,6%	642.616	88,7%	673.405	91,5%
Ativos Ponderados de Risco de Mercado (RWA_{MINT})	18.864	2,6%	27.450	3,8%	24.690	3,4%
Ativos Ponderados de Risco Operacional (RWA_{OPAD})	63.013	8,8%	54.417	7,5%	37.826	5,1%
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	719.635	100,0%	724.483	100,0%	735.921	100,0%

Ativos Ponderados de Risco de Crédito (RWA_{CPAD})

A tabela a seguir apresenta os valores dos ativos ponderados de risco de crédito (RWA_{CPAD}), cuja parcela é regulamentada pela Circular BACEN 3.644, segregados por fator de ponderação de risco e por tipo de ativos:

Abertura dos ativos ponderados de Risco de Crédito (RWA_{CPAD})

	R\$ milhões		
Exposições ao Risco	30/09/2017	30/06/2017	30/09/2016
Ativos Ponderados de Risco de Crédito (RWA_{CPAD})	637.758	642.616	673.405
a) Por Fator de Ponderação de Risco (FPR):			
FPR de 2%	79	133	125
FPR de 20%	5.958	6.963	8.286
FPR de 35%	15.272	13.115	11.992
FPR de 50%	44.432	43.328	43.785
FPR de 75%	133.580	137.415	140.363
FPR de 85%	77.998	87.750	94.445
FPR de 100%	312.423	301.570	323.270
FPR de 250%	28.757	32.718	27.403
FPR de 300%	3.465	4.408	8.689
FPR até 1250% ⁽¹⁾	4.249	3.547	1.707
Derivativos - Variação da qualidade creditícia da contra	6.015	6.000	6.918
Derivativos - Ganho Potencial Futuro	5.530	5.669	6.421
b) Por Tipo:			
Títulos e Valores Mobiliários	43.495	43.524	45.344
Operações de Crédito - Varejo	104.667	109.075	112.988
Operações de Crédito - Não Varejo	229.604	237.794	250.096
Coobrigações - Varejo	183	186	206
Coobrigações - Não Varejo	45.224	44.902	47.719
Compromissos de Crédito - Varejo	28.726	28.147	27.167
Compromissos de Crédito - Não Varejo	9.120	8.977	10.906
Outras Exposições	176.739	170.011	178.979

⁽¹⁾ Considerando a aplicação do fator "F" requerida pelo artigo 29º da Circular BACEN 3.644.

Ativos Ponderados de Risco de Mercado (RWA_{MINT})

A parcela de ativos ponderados pelo risco de mercado (RWA_{MINT}) é regulamentada pelas Circulares BACEN 3.646 e 3.674.

A composição da parcela de risco de mercado está apresentada na tabela abaixo:

Abertura dos Ativos Ponderados de Risco de Mercado (RWA_{MINT})

	30/09/2017 ⁽²⁾	30/06/2017 ⁽¹⁾	30/09/2016 ⁽¹⁾
Ativos Ponderados de Risco de Mercado (RWA_{MPAD})	23.056	30.500	27.434
Operações sujeitas à variação de taxas de juros	21.655	28.682	23.968
Prefixadas denominadas em real	4.971	4.374	6.614
Cupons de moedas estrangeiras	11.623	17.707	14.056
Cupom de índices de preços	5.062	6.602	3.298
Cupons de taxas de juros	-	-	-
Operações sujeitas à variação do preço de commodities	412	331	455
Operações sujeitas à variação do preço de ações	273	273	212
Operações sujeitas ao risco das exposições em ouro, em moeda estrangeira e à variação cambial	716	1.213	2.798
Benefício de capital modelos internos	(4.611)	(3.050)	(2.743)
Ativos Ponderados de Risco de Mercado (RWA_{MINT})	18.864	27.450	24.690
Ativos Ponderados de Risco de Mercado calculados através da Metodologia Interna	18.864	22.630	23.592

⁽¹⁾ Ativos ponderados de risco de mercado calculados a partir de modelos internos, com possibilidade máxima de economia de 10% do modelo padrão.

⁽²⁾ Ativos ponderados de risco de mercado calculados a partir de modelos internos, com possibilidade máxima de economia de 20% do modelo padrão.

Em 30 de setembro de 2017, o RWA_{MINT} totalizou R\$ 18.864 milhões, que corresponde ao capital de modelos internos, superior à necessidade de capital apurada através de 80% do RWA_{MPAD}, que totalizou R\$ 18.445 milhões.

Ativos Ponderados de Risco Operacional (RWA_{OPAD})

As Circulares BACEN 3.640, 3.316 e alterações posteriores estabelecem os critérios de apuração da parcela de ativos ponderados de risco operacional (RWA_{OPAD}). De acordo com a regulação vigente, o valor da exposição RWA_{OPAD} é calculado semestralmente com informações relativas às datas base 30 de junho e 31 de dezembro.

A seguir, apresenta-se a abertura dos ativos ponderados de risco operacional:

Abertura dos ativos ponderados de Risco Operacional (RWA_{OPAD})

	30/09/2017	30/06/2017	30/09/2016
Ativos Ponderados de Risco Operacional (RWA_{OPAD})	63.013	54.417	37.826
Varejo	11.607	11.252	10.887
Comercial	24.857	24.549	24.166
Finanças Corporativas	2.663	2.581	2.789
Negociação e Vendas	7.434	4.135	(11.026)
Pagamentos e Liquidações	7.532	3.667	3.418
Serviços de Agente Financeiro	3.892	3.729	3.471
Administração de Ativos	5.010	4.488	4.109
Corretagem de Varejo	18	15	12

2.7 Adicional de Capital Principal

A partir do primeiro trimestre de 2016, entrou em vigor a exigência de Adicional de Capital Principal (ACP). O valor detalhado de suas parcelas é apresentado a seguir:

Adicional de Capital Principal Total (ACP_{Total})

	30/09/2017	30/06/2017	30/09/2016
Valor Requerido de Adicional de Capital Principal (ACP_{Requerido})	10.794	10.867	4.600
de Conservação	8.995	9.056	4.600
Contracíclico	-	-	-
de Importância Sistemática	1.799	1.811	-

A Circular BACEN 3.769 estabelece a metodologia de apuração da parcela do Adicional Contracíclico de Capital Principal (ACP_{contracíclico}). A seguir, detalhes da parcela são apresentados nas jurisdições relevantes:

Adicional de Capital Principal Contracíclico (ACP_{contracíclico})

	30/09/2017	30/06/2017	30/09/2016	ACCP ⁽²⁾	data de anúncio	data de vigência
	RWA _{CP/NBI} ⁽¹⁾					
Brasil	398.339	405.875	425.311	0%	out/15	jan/16
Chile ⁽³⁾	78.751	78.010	83.457	0%	-	-
Total	477.090	483.885	508.768			

⁽¹⁾ Parcela do montante RWA relativa às exposições ao risco de crédito ao setor privado não bancário nas jurisdições relevantes.

⁽²⁾ Valor para o percentual do adicional de capital principal contracíclico para as principais jurisdições.

⁽³⁾ Metodologia de apuração da parcela de adicional contracíclico não anunciada nessa jurisdição. De acordo com o artigo 2º da Circular BACEN 3.769, deve ser utilizado o valor ACCP do Brasil.

2.8 Suficiência de Capital

O Itaú Unibanco, por meio do processo de ICAAP, avalia a suficiência de capital para fazer frente aos seus riscos, representados pelo capital regulatório de risco de crédito, mercado e operacional e pelo capital necessário para cobertura dos demais riscos.

Visando a garantir a solidez do Itaú Unibanco e a disponibilidade de capital para suportar o crescimento dos negócios, os níveis de PR foram mantidos acima do necessário para fazer frente aos riscos, conforme evidenciado pelos índices de Capital Principal, de Nível I e de Basileia.

Em 30 de setembro de 2017, o PR alcançou R\$ 140.102 milhões, sendo R\$ 120.311 milhões referentes a Nível I e R\$ 19.791 milhões referentes a Nível II.

Composição do Patrimônio de Referência (PR)

	<i>R\$ milhões</i>		
	30/09/2017	30/06/2017	30/09/2016
Nível I	120.311	113.865	115.936
Capital Principal	120.260	113.816	115.364
Capital Complementar	51	49	572
Nível II	19.791	19.789	23.622
Patrimônio de Referência	140.102	133.654	139.557
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	66.566	67.015	72.672
Folga em relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	73.536	66.639	66.885
Valor Requerido de Adicional de Capital Principal (ACP_{Requerido})	10.794	10.867	4.600
Montante do PR apurado para cobertura do risco de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN)	2.462	2.366	2.332

O Índice de Basileia atingiu 19,5% em 30 de setembro de 2017, com aumento de 1,1 ponto percentual em relação a 30 de junho de 2017, devido principalmente ao resultado do período.

Além disso, o Itaú Unibanco possui folga em relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido no montante de R\$ 73.536 milhões, superior ao ACP de R\$ 10.794 milhões, amplamente coberto pelo capital disponível.

O índice de Imobilização indica o percentual de comprometimento do PR ajustado com o ativo permanente ajustado. O Itaú Unibanco está enquadrado no limite máximo de 50% do PR ajustado, fixado pelo BACEN.

A tabela a seguir apresenta os valores do Índice de Basileia e de Imobilização.

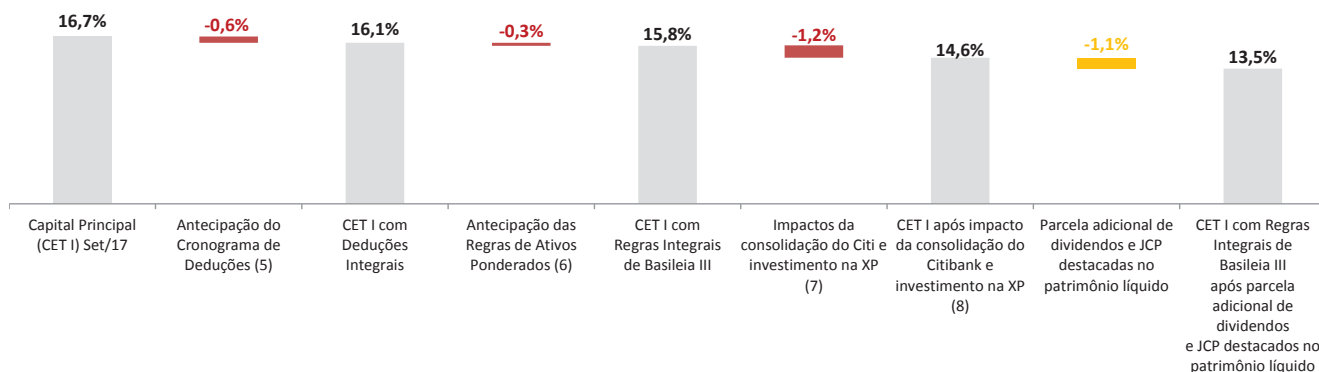
Índices de Basileia e Imobilização

	<i>R\$ milhões</i>		
	30/09/2017	30/06/2017	30/09/2016
Índice de Basileia	19,5%	18,4%	19,0%
Nível I	16,7%	15,7%	15,8%
Capital Principal	16,7%	15,7%	15,7%
Capital Complementar	0,0%	0,0%	0,1%
Nível II	2,8%	2,7%	3,2%
Índice de Imobilização	23,5%	24,0%	23,6%
Folga de Imobilização	37.165	34.773	36.837

Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

Considerando a base de capital atual, caso fossem aplicadas de imediato e integralmente as regras de Basileia III estabelecidas pelo BACEN e considerando os impactos da operação de varejo do Citibank no Brasil e da participação minoritária de 49% na XP Investimentos, seu índice de Capital Principal (*Common Equity Tier I*) seria de 14,6% em 30 de setembro de 2017. Todas essas variações estão demonstradas no gráfico a seguir:

Capital Principal Estimado com Regras Integrais de Basileia III



⁽⁵⁾ Considera deduções de Ágio, Intangível (gerados antes e após out/13), Crédito Tributário de Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal, Ativos de Fundos de Pensão, Investimento em Instituições Financeiras, Seguradoras e Assemelhadas.

⁽⁶⁾ Considera o aumento do multiplicador das parcelas de risco de mercado, operacional e determinadas contas de crédito. Este multiplicador é 10,8 hoje e será 12,5 em 2019.

⁽⁷⁾ A consolidação do Citibank considera os negócios de varejo no Brasil (voltados a pessoas físicas). Estimativas de impactos realizadas com base em informações preliminares e pendentes de aprovações regulatórias.

⁽⁸⁾ Considerando o consumo de Crédito Tributário, o índice seria 15,4% (não considera qualquer reversão de PDD Complementar).

2.9 Índice de Alavancagem

O Índice de Alavancagem é definido como a razão entre Capital de Nível I e Exposição Total, calculada nos termos da Circular BACEN 3.748. O objetivo do índice é ser uma medida simples de alavancagem não sensível a risco, logo não leva em consideração fatores de ponderação de risco (FPR) ou mitigações. Conforme instruções dadas pela Carta-Circular BACEN 3.706, desde outubro de 2015, o Itaú Unibanco envia mensalmente ao BACEN o Índice de Alavancagem, porém o requerimento mínimo para Índice de Alavancagem deverá ser exigido em 2018, de acordo com as recomendações de Basileia, sendo definido com base no período de observação do comportamento do Índice desde sua implementação em 2011 até 2017.

As informações apresentadas a seguir seguem a metodologia e o formato padrão estabelecidos pela Circular BACEN 3.748. Em 30 de setembro de 2017, o Índice de Alavancagem do Itaú Unibanco atingiu 9,0%.

Resumo Comparativo entre Demonstrações Financeiras Publicadas e Índice de Alavancagem

	R\$ mil		
	30/09/2017	30/06/2017	30/09/2016
1 Ativo total de acordo com as demonstrações financeiras publicadas	1.465.999.788	1.448.335.224	1.399.099.604
2 Ajuste decorrente de diferenças de consolidação contábil	(170.452.691)	(161.968.404)	(143.153.936)
3 Ajuste relativo aos ativos cedidos ou transferidos com transferência substancial dos riscos e benefícios e reconhecidos contabilmente	(4.479.180)	(4.594.553)	(4.861.887)
4 Ajuste relativo aos valores de referência ajustados e aos ganhos potenciais futuros em operações com instrumentos financeiros derivativos	11.395.595	15.964.048	18.351.824
5 Ajuste relativo a operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários	13.369.988	6.449.430	9.710.514
6 Ajuste relativo a operações não contabilizadas no ativo total do conglomerado prudencial	121.560.149	120.623.974	128.152.810
7 Outros ajustes	(101.889.788)	(100.045.223)	(84.277.535)
8 Exposição Total	1.335.503.861	1.324.764.495	1.323.021.394

Divulgação de informações sobre o Índice de Alavancagem

	R\$ mil		
	30/09/2017	30/06/2017	30/09/2016
Itens contabilizados no Balanço Patrimonial			
1 Itens patrimoniais, exceto instrumentos financeiros derivativos, títulos e valores mobiliários recebidos por empréstimo e revenda a liquidar em operações compromissadas	950.646.623	942.526.315	916.145.815
2 Ajustes relativos aos elementos patrimoniais deduzidos na apuração do Nível I	(33.593.928)	(32.597.352)	(27.629.040)
3 Total das exposições contabilizadas no Balanço Patrimonial	917.052.694	909.928.963	888.516.775
Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos			
4 Valor de reposição em operações com derivativos	18.168.004	16.723.739	26.978.549
5 Ganho potencial futuro decorrente de operações com derivativos	12.601.643	11.874.910	13.924.526
6 Ajuste relativo à garantia prestada em operações com derivativos	-	-	-
7 Ajuste relativo à margem de garantia diária prestada	-	-	-
8 Derivativos em nome de clientes em que não há obrigatoriedade contratual de reembolso em função de falência ou inadimplemento das entidades responsáveis pelo sistema de liquidação	-	-	-
9 Valor de referência ajustado em derivativos de crédito	2.615.931	7.837.834	7.624.372
10 Ajuste sob o valor de referência ajustado em derivativos de crédito	(3.821.980)	(3.748.696)	(3.197.074)
11 Total das exposições relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos	29.563.599	32.687.787	45.330.373
Operações Compromissadas e de Empréstimo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM)			
12 Aplicações em operações compromissadas e de empréstimo de TVM	253.957.432	255.074.341	251.310.923
13 Ajuste relativo a recompras a liquidar e credores por empréstimo de TVM	-	-	-
14 Valor relativo ao risco de crédito da contraparte	13.369.988	6.449.430	9.710.514
15 Valor relativo ao risco de crédito da contraparte em operações de intermediação	-	-	-
16 Total das exposições relativas a operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários	267.327.420	261.523.770	261.021.437
Itens não contabilizados no Balanço Patrimonial			
17 Valor de referência das operações não contabilizadas no Balanço Patrimonial	299.381.136	295.384.369	299.506.454
18 Ajuste relativo à aplicação de FCC específico às operações não contabilizadas no Balanço	(177.820.987)	(174.760.395)	(171.353.645)
19 Total das exposições não contabilizadas no Balanço Patrimonial	121.560.149	120.623.974	128.152.809
Capital e Exposição Total			
20 Nível I	120.311.093	113.865.562	115.935.547
21 Exposição Total	1.335.503.861	1.324.764.495	1.323.021.394
Índice de Alavancagem			
22 Índice de Alavancagem de Basileia III	9,0%	8,6%	8,8%

3 Balanço Patrimonial

A seguir, é apresentado o comparativo do balanço patrimonial das Demonstrações Contábeis Completas do Itaú Unibanco Holding S.A. e do Conglomerado Prudencial.

Balanço Patrimonial Consolidado - Ativo

R\$ milhões

	Publicação	Diferenças ⁽¹⁾	Prudencial	Ref. Anexo I ⁽²⁾
ATIVO	30/09/2017			
Circulante e Realizável a Longo Prazo	1.439.523	(190.015)	1.249.508	
Disponibilidades	19.089	(108)	18.982	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	287.701	(5.510)	282.191	
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	412.806	(179.866)	232.940	
Relações Interfinanceiras	126.514	-	126.514	
Relações Interdependências	290	-	290	
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos	433.129	7	433.136	
Outros Créditos	157.312	(4.381)	152.931	
Créditos Tributários e Ativos Atuariais			21.966	
- Créditos Tributários de Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social		-	6.005	(b)
- Créditos Tributários Decorrentes de Diferenças Temporárias		-	15.623	(c)
- Ativos Atuariais de Fundos de Pensão de Benefício Definido		-	338	(d)
Outros		-	130.965	
Outros Valores e Bens	2.682	(156)	2.525	
Permanente	26.477	19.562	46.039	
Investimentos	5.113	18.337	23.450	
Ágio baseado em expectativa de rentabilidade futura		-	858	(e)
Participações em Empresas Assemelhadas e Seguradoras		-	10.319	(f)
Participação em Instituições Financeiras		-	990	(a)
Outros		-	11.284	
Imobilizado de Uso	6.370	(532)	5.838	
Ativos Permanentes Diferidos	-	-	-	(g)
Outras	-	-	5.838	
Ágio	1.249	(517)	732	
Ágio baseado em expectativa de rentabilidade futura	-	-	732	(e)
Intangível	13.745	2.274	16.020	
Direitos Por Aquisição Folha de Pagamento	1.007	-	1.007	
Ativos Intangíveis adquiridos a partir de 1º de outubro de 2013	-	-	685	(h)
Ativos Intangíveis adquiridos antes de 1º de outubro de 2013	-	-	321	(i)
Outros Ativos Intangíveis	19.029	10.991	30.020	
Ativos Intangíveis adquiridos a partir de 1º de outubro de 2013	-	-	7.751	(h)
Ativos Intangíveis adquiridos antes de 1º de outubro de 2013	-	-	2.650	(i)
Ágio baseado em expectativa de rentabilidade futura	-	-	19.101	(e)
Ativos Permanentes Diferidos	-	-	358	(g)
Outros	-	-	159	
(Amortização Acumulada)	(6.290)	(8.717)	(15.007)	
Ativos Intangíveis adquiridos a partir de 1º de outubro de 2013	-	-	(2.312)	(h)
Ativos Intangíveis adquiridos antes de 1º de outubro de 2013	-	-	(1.763)	(i)
Ágio baseado em expectativa de rentabilidade futura	-	-	(10.574)	(e)
Ativos Permanentes Diferidos	-	-	(358)	(g)
Total do Ativo	1.466.000	(170.453)	1.295.547	

⁽¹⁾ Diferenças se devem, principalmente, à não consolidação de empresas não financeiras (destacando-se empresas de Seguros, Previdência e Capitalização) no Consolidado Prudencial, além das eliminações das transações com Partes Relacionadas.

⁽²⁾ Informações do prudencial que são apresentadas no Anexo I deste relatório.

Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

Balanço Patrimonial Consolidado - Passivo

R\$ milhões

PASSIVO	Publicação	Diferenças ⁽¹⁾	Prudencial	Ref. Anexo I ⁽²⁾
	30/09/2017			
Circulante e Exigível a Longo Prazo	1.328.779	(172.177)	1.156.602	
Depósitos	359.904	2.310	362.214	
Captações no Mercado Aberto	336.951	2.443	339.394	
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	106.638	4	106.642	
Relações Interfinanceiras	32.594	-	32.594	
Relações Interdependências	5.044	2	5.046	
Obrigações por Empréstimos e Repasses	66.318	-	66.318	
Instrumentos Financeiros Derivativos	21.562	-	21.562	
Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização	177.522	(177.522)	-	
Outras Obrigações	222.244	586	222.831	
Fiscais e Previdenciárias	26.605	(2.420)	24.185	
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	-	-	15.733	(b)/(c)
Provisões atuariais de Fundos de Pensão de Benefício Definido	-	-	182	(d)
Outras	-	-	8.270	
Outras	-	-	198.645	
Resultados de Exercícios Futuros	2.082	(30)	2.051	
Participações de Não Controladores	11.508	(64)	11.445	
Participação de Não Controladores	-	-	11.445	(j)
Patrimônio Líquido	123.631	1.818	125.449	
Capital Social	97.148	-	97.148	
Instrumentos Elegíveis	-	-	97.148	(k)
Reservas de Capital	1.515	-	1.515	
Outras Receitas e Outras Reservas	-	-	1.515	(m)
Reservas de Lucros	29.953	618	30.572	
Reservas de Lucros	-	-	30.572	(l)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(2.577)	1.200	(1.377)	
Outras Receitas e Outras Reservas	-	-	(1.377)	(m)
(Ações em Tesouraria)	(2.409)	-	(2.409)	
Ações ou Outros Instrumentos de Emissão Própria	-	-	(2.409)	(n)
Total do Passivo	1.466.000	(170.453)	1.295.547	

⁽¹⁾ Diferenças se devem, principalmente, à não consolidação de empresas não financeiras (destacando-se empresas de Seguros, Previdência e Capitalização) no Consolidado Prudencial, além das eliminações das transações com Partes Relacionadas.

⁽²⁾ Informações do prudencial que são apresentadas no Anexo I deste relatório.

Instituições integrantes das Demonstrações Contábeis do Itaú Unibanco Holding

Abaixo, são apresentadas as listas das instituições que compõem o Consolidado Publicação e o Consolidado Prudencial.

Instituições integrantes das Demonstrações Contábeis do Itaú Unibanco Holding

Instituições que compõem o Consolidado Publicação e o Conglomerado Prudencial	
Aj Títulos Públicos Fundo de Investimento Referenciado DI	Itaú Corpbanca Colombia S.A.
Banco Investcred Unibanco S.A.	Itaú Corpbanca Corredores de Bolsa S.A.
Banco Itaú (Suisse) SA	Itaú Corretora de Valores S.A.
Banco Itaú Argentina S.A.	Itaú Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Banco Itaú BBA S.A.	Itaú EU Lux-Itaú Latin America Equity Fund
Banco Itaú Consignado S.A.	Itaú International Securities Inc.
Banco Itaú International	Itaú Kinea Private Equity Multimercado Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Crédito Privado
Banco Itaú Paraguay S.A.	Itaú Securities Services Colombia S.A. Sociedad Fiduciaria
Banco Itaú Uruguay S.A.	Itaú Unibanco Holding Cayman Branch
Banco Itaú Veículos S.A.	Itaú Unibanco Holding S.A.
Banco ItauBank S.A.	Itaú Unibanco S.A.
Banco Itaucard S.A.	Itaú Unibanco S.A. Cayman Branch
Banco Itauleasing S.A.	Itaú Unibanco S.A. New York Branch
CorpBanca New York Branch	Itaú Unibanco S.A. Tokyo Branch
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	Itaú Unibanco S.A. Nassau Branch
FICFI 40675	Itaú Unibanco Veículos Administradora de Consórcios Ltda.
Fideicomisos Financiero Privados BHSA	Itaú Valores S.A.
Fideicomisos Financiero TB1	Itaust Distribuidora de Títulos e Val. Mobiliários S.A.
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	ITB Holding Ltd.
Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios Não-Padronizados América Multicarteira	Kinea Ações FIA
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Barzel	Kinea Ações Fundo de Investimento
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados NPL I	Kinea Dinâmico Master - Long Biased Fundo de Investimento em Ações
Fundo Fortaleza de Investimento Imobiliário	Kinea I Pipe Fundo de Investimento em Ações
HiperCard Banco Múltiplo S.A.	Kinea I Private Equity Fundo de Investimento em Participações
Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Kinea I Total Return Equity - Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado
Iresolve Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.	Kinea II Macro Fundo de Investimento Multimercado
Itaú (Panamá) S.A.	Kinea Infra I MCP
Itaú Administradora de Consórcios Ltda.	Licania Fund Limited
Itaú Asset Management Colombia S.A. Sociedad Fiduciaria	Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento
Itaú Bank & Trust Bahamas Ltd.	MCC S.A. Corredores de Bolsa
Itaú Bank & Trust Cayman Ltd.	MCC Securities Inc.
Itaú Bank, Ltd.	Microinvest S.A. Soc. de Crédito a Microempreendedor
Itaú BBA Colombia S.A. Corporacion Financiera	OCA S.A.
Itaú BBA International plc	Oiti Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior
Itaú BBA USA Securities Inc.	RedeCard S.A.
Itaú Casa de Valores S.A.	Rt Itaú Dj Títulos Públicos Fundo de Investimento Referenciado DI
Itaú Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros	Rt Voyager Renda Fixa Crédito Privado - Fundo de Investimento
Itaú Comisionista de Bolsa Colombia S.A.	Uni-Investment International Corp.
Itaú Corpbanca	Universo Fundo de Investimento em Participações

Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

Instituições que compõem somente o Consolidado Publicação	
ACO Ltda.	Itaú Institucional Curto Prazo - Fundo de Investimento
Albarus S.A.	Itaú International Investment LLC
Banco Del Paraná S.A.	Itaú Japan Asset Management Limited
BICSA Holdings, Ltd.	Itaú Middle East Limited
BIF Cayman Ltd.	Itaú Participação Ltda.
Borsen Renda Fixa Crédito Privado - Fundo de Investimento	Itaú Rent Administração e Participações Ltda.
CGB II SpA	Itaú Seguros S.A.
CGB III SpA	Itaú UK Asset Management Limited
Cia. Itaú de Capitalização	Itaú USA Asset Management Inc.
Corpbanca Administradora General de Fondos S.A.	Itaú Vida e Previdência S.A.
Corpbanca Corredores de Seguros S.A.	Itauprev Retirement Renda Fixa Crédito Privado - Fundo de Investimento
Corpbanca Securities Inc.	Itaúsa Europa - Investimentos, SGPS, Unipessoal, Lda
Corplegal S.A.	Itauseg Participações S.A.
Estrel Serviços Administrativos S.A.	Itauseg Saúde S.A.
FC Recovery S.A.U.	Itauseg Seguradora S.A.
FIC Promotora de Vendas Ltda.	ITB Holding Brasil Participações Ltda.
ICarros Ltda.	Itrust Servicios Inmobiliarios S.A.I.C.
IGA Participações S.A.	Jasper International Investment LLC
Investimentos Bemge S.A.	Karen International Limited
IPI - Itaúsa Portugal Investimentos, SGPS, Unipessoal, Lda	Kinea Investimentos Ltda.
Itaú Administração Previdenciária Ltda.	Marcep Corretagem de Seguros S.A.
Itaú Asesorías Financieras S.A.	Maxipago Serviços de Internet Ltda.
Itaú Asia Securities Limited	MCC Asesorías Limitada
Itaú Asset Management S.A. Sociedad Gerente de Fondos Comunes de Inversión	Mundostar S.A.
Itaú Bahamas Directors Ltd.	Nevada Woods S.A.
Itaú Bahamas Nominees Ltd.	Proserv - Promociones y Servicios, S.A. de C.V.
Itaú BBA International (Cayman) Ltd.	Provar Negócios de Varejo Ltda.
Itaú BBA México, S.A. de C.V.	Recaudaciones y Cobranzas S.A.
Itaú BBA Participações S.A.	Recovery do Brasil Consultoria S.A.
Itaú BBA Trading S.A.	Recuperadora de Créditos Limitada
Itaú Cayman Directors Ltd.	RT Alm 5 Fundo de Investimento Renda Fixa
Itaú Cayman Nominees Ltd.	RT Alm Soberano 2 Fundo de Investimento Renda Fixa
Itaú Chile Administradora General de Fondos S.A.	Rt Columbia Renda Fixa Crédito Privado - Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento
Itaú Chile Compañía de Seguros de Vida S.A.	Rt Defiant Multimercado - Fundo de Investimento
Itaú Chile Corredora de Seguros Limitada	Rt Endeavour Renda Fixa Crédito Privado - Fundo de Investimento
Itaú Chile Inversiones, Servicios y Administracion S.A.	Rt Multigestor 4 Fundo de Investimento em Cotas De Fundos de Investimento Multimercado
Itaú Corredor de Seguros Colombia S.A.	RT Nation Renda Fixa - Fundo de Investimento
Itaú Corretora de Seguros Ltda.	Rt Valiant Renda Fixa - Fundo de Investimento
Itaú Europa Luxembourg S.A.	Topaz Holding Ltd.
Itaú Gestão de Vendas Ltda.	Tulipa S.A.
Itaú Global Asset Management Limited	Unión Capital AFAP S.A.

Instituições que compõem somente o Consolidado Prudencial	
Rt Enterprise Soberano Renda Fixa Fundo de Investimento	Kinea Macro Offshore Segregated Portfolio
Ctbb Fundo de Investimento Imobiliário - FIL	Estrutura III - Fundo de Investimento em Participações

Instituições relevantes

O ativo total, o patrimônio líquido e o segmento de atuação das empresas consideradas relevantes, inclusive as sujeitas à ponderação de risco para fins de requerimento de capital, são apresentados a seguir:

Empresas consideradas relevantes

Instituições	País	Segmento	30/09/2017		30/06/2017		30/09/2016	
			Ativo total	Pat. Líquido	Ativo total	Pat. Líquido	Ativo total	Pat. Líquido
Itaú Corpbanca Colombia S.A. ⁽¹⁾	Colômbia	Instituição Financeira	34.244	3.624	33.860	3.699	36.697	4.075
Banco Itaú Argentina S.A. ⁽¹⁾	Argentina	Instituição Financeira	6.095	724	6.881	751	4.935	673
Banco Itaú BBA S.A. ⁽¹⁾	Brasil	Instituição Financeira	2.539	2.227	2.258	2.043	5.493	2.766
Banco Itaú Consignado S.A. ⁽¹⁾	Brasil	Instituição Financeira	29.481	2.538	30.122	2.514	38.820	2.428
Banco Itaú Paraguay S.A. ⁽¹⁾	Paraguai	Instituição Financeira	10.376	1.149	10.895	1.131	10.671	1.460
Banco Itaú (Suisse) SA ⁽¹⁾	Suíça	Instituição Financeira	5.299	640	5.193	659	5.483	649
Banco Itaú Uruguay S.A. ⁽¹⁾	Uruguai	Instituição Financeira	13.861	1.287	14.870	1.297	14.935	1.199
Banco Itaucard S.A. ⁽¹⁾	Brasil	Instituição Financeira	93.261	8.540	94.062	8.289	106.670	10.527
Banco Itauleasing S.A. ⁽¹⁾	Brasil	Instituição Financeira	11.888	11.538	11.723	11.389	11.110	10.831
Cia. Itaú de Capitalização	Brasil	Capitalização	4.445	862	4.252	785	4.034	544
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ⁽¹⁾	Brasil	Arrendamento Mercantil	92.762	4.765	108.733	4.585	168.465	4.496
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ⁽¹⁾	Brasil	Sociedade de Crédito	4.298	975	4.139	947	3.746	1.067
Hipercard Banco Múltiplo S.A. ⁽¹⁾	Brasil	Instituição Financeira	14.984	4.406	14.253	4.341	13.064	4.190
Itaú Bank, Ltd. ⁽¹⁾	Ilhas Cayman	Instituição Financeira	13.824	3.498	13.056	3.412	14.271	3.306
Itaú BBA Colombia S.A. Corporacion Financiera ⁽¹⁾	Colômbia	Instituição Financeira	367	354	364	353	480	351
Itaú BBA International plc ⁽¹⁾	Reino Unido	Instituição Financeira	20.689	3.480	19.285	3.465	20.312	3.321
Itaú BBA USA Securities Inc. ⁽¹⁾	Estados Unidos	Corretora de Valores	1.676	1.414	1.640	1.458	1.485	1.380
Itauseg Seguradora S.A.	Brasil	Seguros	170	76	177	74	181	69
Itaú Corpbanca ⁽¹⁾	Chile	Instituição Financeira	110.522	14.936	111.683	15.314	110.545	15.392
Itaú Corretora de Valores S.A. ⁽¹⁾	Brasil	Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	4.058	1.248	2.601	1.174	3.203	1.556
Itaú Seguros S.A.	Brasil	Seguros	9.647	5.638	8.919	5.104	10.086	5.077
Itaú Unibanco S.A. ⁽¹⁾	Brasil	Instituição Financeira	1.203.114	64.713	1.206.409	72.094	1.237.800	76.481
Itaú Vida e Previdência S.A.	Brasil	Previdência Complementar	175.620	4.109	167.411	3.747	147.504	3.964
Luizcred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento ⁽¹⁾	Brasil	Sociedade de Crédito	5.095	639	4.814	639	4.194	577
RedeCard S.A. ⁽¹⁾	Brasil	Adquirente	56.160	15.787	54.598	15.531	49.620	15.180

⁽¹⁾ Instituições que compõem o Consolidado Prudencial.

4 Participações societárias não classificadas na carteira de negociação

As Demonstrações Contábeis do Itaú Unibanco e de suas Controladas foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores, em consonância, quando aplicável, com os normativos do BACEN, do CMN, da CVM, da SUSEP, do CNSP e da PREVIC, que incluem práticas e estimativas contábeis no que se referem à constituição de provisões e avaliação de ativos financeiros.

As participações societárias avaliadas ao custo de aquisição são classificadas no Ativo Permanente quando há intenção de permanência e submetidas, semestralmente, ao teste de redução ao valor recuperável de ativos. As participações que não representam intenção de permanência são classificadas em Títulos e Valores Mobiliários (TVM) e mensuradas a valor de mercado.

O Itaú Unibanco aplica suas políticas de forma sistemática, assegurando a consistência e a comparabilidade das suas informações.

No terceiro trimestre de 2017, não ocorreram alterações significativas nas políticas relacionadas às participações societárias.

O Itaú Unibanco detém participações societárias principalmente por razões estratégicas e para obtenção de ganhos de capital.

Maiores informações sobre as políticas contábeis do Itaú Unibanco podem ser consultadas na Nota Explicativa “4 - Resumo das Principais Práticas Contábeis” das Demonstrações Contábeis Completas, disponíveis no [site www.itaú.com.br/relacoes-com-investidores](http://www.itaú.com.br/relacoes-com-investidores).

A avaliação do risco de participações societárias não classificadas na carteira de negociação, denominado risco de investimentos financeiros, é realizada no âmbito do ICAAP. Nesta avaliação, simula-se a perda dos ativos em cenário de estresse.

O quadro abaixo demonstra os valores referentes às participações societárias não classificadas na carteira de negociação. Em 30 de setembro de 2017, o capital requerido para essas participações societárias foi de R\$ 85,0 milhões.

Participações Societárias Não Classificadas na Carteira de Negociação

	30/09/2017	30/06/2017	30/09/2016
Valor contábil	811,6	755,2	313,5
Capital Aberto	681,9	607,6	73,4
Capital Fechado	129,7	147,7	240,0
Valor de Mercado	1.130,3	1.015,8	540,1
Capital Aberto	936,2	819,4	251,9
Capital Fechado	194,1	196,4	288,2
Ganhos ou Perdas decorrentes de Participações Societárias	9,7	(51,6)	0,3
Ganhos ou Perdas reconhecidos e não realizados	97,5	43,1	(145,4)
Ganhos ou Perdas não reconhecidos e não realizados	323,7	281,6	218,0

5 Risco de Crédito

5.1 Estrutura e Tratamento

O Itaú Unibanco entende o risco de crédito como o risco de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contrato de crédito em consequência da deterioração na classificação de risco do tomador, do emissor ou da contraparte, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas em renegociações posteriores e dos custos de recuperação.

A gestão do risco de crédito visa a manter a qualidade da carteira de crédito em níveis coerentes com o apetite de risco da instituição para cada segmento de mercado em que opera. A governança do gerenciamento de risco de crédito está baseada em órgãos colegiados, subordinados ao CA ou à estrutura executiva do Itaú Unibanco. Tais órgãos avaliam as condições competitivas de mercado, definindo os limites de crédito da instituição, revendo práticas de controle e políticas e aprovando ações nas respectivas alçadas. Também é parte dessa estrutura o processo de comunicação e informação dos riscos, incluindo a divulgação das políticas e outras informações complementares referentes ao gerenciamento do risco de crédito. O Itaú Unibanco gerencia o risco de crédito a que está exposto durante todo o ciclo de crédito, desde antes da concessão, passando pelo monitoramento e chegando à atividade de cobrança e recuperação.

Há uma estrutura de gestão e controle do risco de crédito, centralizada e independente das unidades de negócio, que estabelece limites e mecanismos de mitigação de risco, além de estabelecer processos e instrumentos para medir, monitorar e controlar o risco de crédito inerente a todos os produtos, as concentrações de carteira e os impactos de potenciais mudanças no ambiente econômico. É feito um monitoramento contínuo da carteira de crédito e das políticas e estratégias adotadas de forma a garantir a conformidade das operações com as normas e a legislação em vigor em cada país. As unidades de negócio possuem como principais atribuições (i) monitoramento das carteiras sob suas responsabilidades, (ii) concessão de crédito, levando em consideração as alçadas vigentes, as condições de mercado, as perspectivas macroeconômicas, e as mudanças em mercados e produtos, e (iii) gestão do risco de crédito adotando ações que propiciem a sustentabilidade de seus negócios.

O Itaú Unibanco estabelece sua política de crédito baseando-se em critérios internos como classificação de clientes, desempenho e evolução da carteira, níveis de inadimplência, taxas de retorno e capital econômico alocado, entre outros, considerando também fatores externos, como taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, inflação, variação do consumo, entre outros.

Para pessoas físicas, pequenas e médias empresas, a classificação de crédito é atribuída com base em modelos estatísticos de *application* (nos estágios iniciais da relação com o cliente) e *behaviour score* (usado para os clientes com os quais o Itaú Unibanco já tem uma relação).

Para grandes empresas, a classificação baseia-se em informações tais como a situação econômico-financeira da contraparte, sua capacidade de geração de caixa, o grupo econômico a que pertence, a situação atual e as perspectivas do setor de atividade econômica em que atua. As propostas de crédito são analisadas caso a caso, utilizando um mecanismo de alçadas. O monitoramento contínuo do grau de concentração das carteiras do Itaú Unibanco, avaliando os setores de atividade econômica e os maiores devedores, possibilita a tomada de medidas preventivas, de modo a evitar que os limites estabelecidos sejam violados.

O Itaú Unibanco também controla rigorosamente a exposição a crédito de clientes e contrapartes, atuando para reverter eventuais situações em que a exposição observada exceda o desejado. Nesse sentido, pode ser adotada uma série de medidas contratualmente previstas, tais como a liquidação antecipada e a requisição de garantias adicionais.

Para medir o risco de crédito, o Itaú Unibanco leva em consideração a probabilidade de inadimplência do tomador, emissor ou contraparte, o valor estimado da exposição em caso de inadimplência, a perda dada a inadimplência e a concentração em tomadores. A quantificação desses componentes de risco faz parte do processo de concessão de crédito, da gestão da carteira e da definição de limites.

Os modelos usados pelo Itaú Unibanco passam por um processo de validação independente que visa a garantir a integridade e a consistência das bases de dados utilizadas na construção dos modelos e a adequação metodológica de estimação dos parâmetros.

O Itaú Unibanco dispõe de estrutura específica e de processos que visam a garantir que o risco país seja gerido e controlado, descrito no item “9 Outros Riscos”.

Atendendo a Resolução CMN 3.721, o documento “[Relatório de Acesso Público – Risco de Crédito](#)”, que expressa as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de crédito, pode ser visualizado no [site www.itaunet.com.br/relacoes-com-investidores](http://www.itaunet.com.br/relacoes-com-investidores), na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas.

5.2 Análise da Carteira de Crédito

As informações apresentadas nas tabelas seguintes permitem a análise da carteira de crédito e seu comportamento em diversas dimensões.

Operações com Características de Concessão de Crédito por País e por Região Geográfica do Brasil

Operações com Características de Concessão de Crédito ⁽¹⁾ por País: Exposição

	30/09/2017											30/06/2017	
	Brasil	Argentina	Chile	Colômbia	Estados Unidos	Paraguai	Reino Unido	Suíça	Uruguai	Outros	Total	Total	
Pessoa Física	195.445	1.466	37.013	8.307	-	1	2.343	-	-	2.603	18	247.196	244.821
Crédito Rural	92	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	92	121
Imobiliário	38.037	25	19.734	1.159	-	-	233	-	-	284	-	59.472	59.259
Consignado	43.085	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	43.085	43.044
Veículos e Arrendamento Mercantil	13.244	-	-	181	-	-	121	-	-	-	-	13.546	13.766
Cartão de Crédito	71.931	971	2.277	781	-	-	650	-	-	1.576	-	78.186	77.256
Garantias Financeiras Prestadas	1.155	-	15	3	-	1	-	-	-	3	9	1.186	663
Crédito Pessoal (Outros)	27.901	470	14.987	6.183	-	-	1.339	-	-	740	9	51.629	50.712
Pessoa Jurídica	191.532	2.896	47.917	16.280	6.755	3.528	9.833	2.584	4.782	801	286.908	298.657	
Crédito Rural	8.142	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.142	10.503
Investimento	36.617	4	4.169	2.986	-	4	18	-	-	29	50	43.877	49.489
Importação e Exportação	32.650	534	1.192	733	3.176	-	2.836	2.449	-	31	-	43.601	32.619
Capital de Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida	67.565	1.951	37.553	10.975	3.125	3.373	6.808	-	-	4.433	659	136.442	150.732
Garantias Financeiras Prestadas	40.855	407	4.799	1.455	454	150	171	135	-	239	92	48.757	49.286
Outros	5.703	-	204	131	-	1	-	-	-	50	-	6.089	6.028
Total	386.977	4.362	84.930	24.587	6.756	5.871	9.833	2.584	7.385	819	534.104	543.478	

⁽¹⁾ Os valores incluem garantias financeiras prestadas e compromissos de crédito, não incluem TVM e são líquidos de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Operações com Características de Concessão de Crédito ⁽¹⁾ por País: Exposição Média no Trimestre

	30/09/2017											30/06/2017	
	Brasil	Argentina	Chile	Colômbia	Estados Unidos	Paraguai	Reino Unido	Suíça	Uruguai	Outros	Total	Total	
Pessoa Física	194.665	1.468	36.456	8.381	-	1	2.379	-	-	2.639	20	246.009	243.938
Crédito Rural	107	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	107	129
Imobiliário	38.039	17	19.652	1.141	-	-	229	-	-	288	-	59.366	58.752
Consignado	43.065	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	43.065	43.202
Veículos e Arrendamento Mercantil	13.340	-	-	190	-	-	126	-	-	-	-	13.656	14.126
Cartão de Crédito	71.377	990	2.294	794	-	-	666	-	-	1.599	-	77.720	76.868
Garantias Financeiras Prestadas	894	-	15	2	-	1	-	-	-	3	9	924	666
Crédito Pessoal (Outros)	27.843	461	14.495	6.254	-	-	1.358	-	-	749	11	51.171	50.195
Pessoa Jurídica	196.619	2.901	48.343	16.438	6.833	3.626	9.546	2.674	4.966	836	292.782	301.070	
Crédito Rural	9.323	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.323	10.276
Investimento	39.377	3	4.248	2.947	-	4	19	-	-	31	54	46.683	50.859
Importação e Exportação	27.335	482	1.234	746	3.176	-	2.568	2.535	-	34	-	38.110	33.223
Capital de Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida	73.712	2.035	37.956	11.212	3.186	3.419	6.770	-	-	4.611	686	143.587	151.488
Garantias Financeiras Prestadas	41.206	381	4.692	1.388	471	201	189	139	-	257	96	49.020	49.412
Outros	5.666	-	213	145	-	2	-	-	-	33	-	6.059	5.812
Total	391.284	4.369	84.799	24.819	6.834	6.005	9.546	2.674	7.605	856	538.791	545.008	

⁽¹⁾ Os valores incluem garantias financeiras prestadas e compromissos de crédito, não incluem TVM e são líquidos de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Operações com Características de Concessão de Crédito ⁽¹⁾ no Brasil: Exposição

	30/09/2017						30/06/2017	
	Sudeste	Sul	Norte	Nordeste	Centro Oeste	Brasil	Brasil	
Pessoa Física	126.582	21.568	7.099	28.130	12.066	195.445	193.886	
Crédito Rural	67	21	-	1	3	92	121	
Imobiliário	31.855	2.654	380	1.428	1.720	38.037	38.041	
Consignado	23.680	5.126	3.403	7.675	3.201	43.085	43.044	
Veículos e Arrendamento Mercantil	7.050	2.131	737	1.860	1.466	13.244	13.437	
Cartão de Crédito	41.880	8.604	2.059	15.425	3.963	71.931	70.824	
Garantias Financeiras Prestadas	1.081	23	1	7	43	1.155	634	
Crédito Pessoal (Outros)	20.969	3.009	519	1.734	1.670	27.901	27.785	
Pessoa Jurídica	163.426	15.315	1.390	6.383	5.018	191.532	201.706	
Crédito Rural	4.748	2.157	10	238	989	8.142	10.503	
Investimento	29.125	3.919	413	1.806	1.354	36.617	42.137	
Importação e Exportação	30.487	1.398	173	322	270	32.650	22.021	
Capital de Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida	54.448	6.810	664	3.503	2.140	67.565	79.859	
Garantias Financeiras Prestadas	40.313	351	41	98	52	40.855	41.557	
Outros	4.305	680	89	416	213	5.703	5.629	
Total	290.008	36.883	8.489	34.513	17.084	386.977	395.592	

⁽¹⁾ Os valores incluem garantias financeiras prestadas e compromissos de crédito, não incluem TVM e são líquidos de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

Operações com Características de Concessão de Crédito⁽¹⁾ no Brasil: Exposição Média no Trimestre

R\$ milhões

	30/09/2017						30/06/2017
	Sudeste	Sul	Norte	Nordeste	Centro Oeste	Brasil	Brasil
Pessoa Física	125.985	21.473	7.092	28.065	12.050	194.665	194.151
Crédito Rural	81	21	-	1	4	107	129
Imobiliário	31.855	2.647	382	1.433	1.722	38.039	38.143
Consignado	23.630	5.103	3.406	7.706	3.220	43.065	43.202
Veículos e Arrendamento Mercantil	7.139	2.150	729	1.861	1.461	13.340	13.793
Cartão de Crédito	41.536	8.530	2.055	15.329	3.927	71.377	70.548
Garantias Financeiras Prestadas	820	23	1	6	44	894	637
Crédito Pessoal (Outros)	20.924	2.999	519	1.729	1.672	27.843	27.699
Pessoa Jurídica	167.616	16.134	1.371	6.463	5.035	196.619	205.513
Crédito Rural	5.247	2.851	10	227	988	9.323	10.276
Investimento	31.439	4.049	427	1.913	1.549	39.377	43.523
Importação e Exportação	25.139	1.408	152	377	259	27.335	23.133
Capital de Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida	60.818	6.822	655	3.438	1.979	73.712	80.980
Garantias Financeiras Prestadas	40.684	332	41	96	53	41.206	42.152
Outros	4.289	672	86	412	207	5.666	5.449
Total	293.601	37.607	8.463	34.528	17.085	391.284	399.664

⁽¹⁾ Os valores incluem garantias financeiras prestadas e compromissos de crédito, não incluem TVM e são líquidos de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Operações com Características de Concessão de Crédito por Setor Econômico

Operações com Características de Concessão de Crédito⁽¹⁾ - Exposição (Pessoa Física)

R\$ milhões

Pessoa Física	30/09/2017								30/06/2017
	Crédito Rural	Imobiliário	Consignado	Veículos e Arrendamento Mercantil	Cartão de Crédito	Garantias Financeiras Prestadas	Crédito Pessoal (Outros)	Total	Total
Total	92	59.472	43.085	13.546	78.186	1.186	51.629	247.196	244.821

⁽¹⁾ Os valores incluem garantias financeiras prestadas e compromissos de crédito, não incluem TVM e são líquidos de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Operações com Características de Concessão de Crédito⁽¹⁾ - Exposição (Pessoa Jurídica)

R\$ milhões

	30/09/2017												30/06/2017			
	Crédito Rural		Investimento		Importação e exportação		Capital de giro, desconto de títulos e conta garantida		Garantias Financeiras Prestadas		Outros		Total	Total		
Pessoa Jurídica	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%		
Setor Público	-	0,0%	1.391	3,2%	626	1,4%	414	0,3%	812	1,7%	-	0,0%	3.243	1,1%	2.773	0,9%
Energia	-	0,0%	-	0,0%	542	1,2%	66	0,0%	1	0,0%	-	0,0%	609	0,2%	72	0,0%
Petroquímica & Química	-	0,0%	1.356	3,1%	-	0,0%	4	0,0%	801	1,6%	-	0,0%	2.161	0,8%	2.209	0,7%
Diversos	-	0,0%	35	0,1%	84	0,2%	344	0,3%	10	0,0%	-	0,0%	473	0,2%	492	0,2%
Setor Privado	8.142	100,0%	42.486	96,8%	42.975	98,6%	136.028	99,7%	47.945	98,3%	6.089	100,0%	283.665	98,9%	295.884	99,1%
Açúcar e Alcool	1.004	12,3%	2.535	5,8%	2.312	5,3%	878	0,6%	419	0,9%	19	0,3%	7.167	2,5%	7.607	2,5%
Agro e Fertilizantes	2.296	28,2%	962	2,2%	4.312	9,9%	6.463	4,7%	1.026	2,1%	94	1,5%	15.153	5,3%	16.172	5,4%
Alimentos e Bebidas	1.155	14,2%	2.312	5,3%	2.273	5,2%	5.311	3,9%	3.177	6,5%	208	3,4%	14.436	5,0%	15.345	5,1%
Bancos e Outras Inst. Financ.	11	0,1%	696	1,6%	851	2,0%	6.582	4,8%	3.324	6,8%	13	0,2%	11.477	4,0%	12.503	4,2%
Bens de Capital	101	1,2%	816	1,9%	1.140	2,6%	2.064	1,5%	1.708	3,5%	231	3,8%	6.060	2,1%	6.118	2,0%
Celulose e Papel	88	1,1%	305	0,7%	1.029	2,4%	1.262	0,9%	330	0,7%	26	0,4%	3.040	1,1%	3.273	1,1%
Eletroeletrônicos & TI	-	0,0%	377	0,9%	452	1,0%	2.744	2,0%	1.685	3,5%	226	3,7%	5.484	1,9%	6.000	2,0%
Embalagens	2	0,0%	233	0,5%	447	1,0%	1.163	0,9%	266	0,5%	39	0,6%	2.150	0,7%	2.195	0,7%
Energia & Saneamento	-	0,0%	4.257	9,7%	929	2,1%	3.035	2,2%	5.480	11,2%	393	6,5%	14.094	4,9%	12.956	4,3%
Ensino	-	0,0%	279	0,6%	12	0,0%	1.427	1,0%	940	1,9%	58	1,0%	2.716	0,9%	2.938	1,0%
Farmacêuticos & Cosméticos	-	0,0%	360	0,8%	904	2,1%	3.143	2,3%	1.735	3,6%	155	2,5%	6.297	2,2%	5.913	2,0%
Imobiliário	47	0,6%	11.050	25,2%	126	0,3%	8.843	6,5%	1.409	2,9%	220	3,6%	21.695	7,6%	23.491	7,9%
Lazer & Turismo	-	0,0%	424	1,0%	35	0,1%	3.422	2,5%	417	0,9%	269	4,4%	4.567	1,6%	4.611	1,5%
Madeira & Móveis	34	0,4%	266	0,6%	465	1,1%	1.412	1,0%	66	0,1%	129	2,1%	2.372	0,8%	2.358	0,8%
Mat Construção	1	0,0%	855	1,9%	1.411	3,2%	2.102	1,5%	1.037	2,1%	197	3,2%	5.603	2,0%	5.791	1,9%
Metalurgia/Siderurgia	50	0,6%	655	1,5%	925	2,1%	4.232	3,1%	1.009	2,1%	865	14,2%	7.736	2,7%	8.267	2,8%
Mídia	-	0,0%	117	0,3%	88	0,2%	381	0,3%	308	0,6%	18	0,3%	912	0,3%	946	0,3%
Mineração	1	0,0%	396	0,9%	628	1,4%	4.224	3,1%	2.490	5,1%	59	1,0%	7.798	2,7%	7.499	2,5%
Obras de Infra-Estrutura	1	0,0%	925	2,1%	632	1,4%	5.676	4,2%	1.423	2,9%	380	6,2%	9.037	3,1%	9.572	3,2%
Petróleo & Gás ⁽²⁾	58	0,7%	532	1,2%	545	1,2%	2.911	2,1%	1.258	2,6%	97	1,6%	5.401	1,9%	5.814	1,9%
Petroquímica & Química	102	1,3%	563	1,3%	1.656	3,8%	4.500	3,3%	1.368	2,8%	143	2,3%	8.332	2,9%	9.514	3,2%
Saúde	6	0,1%	461	1,1%	111	0,3%	1.653	1,2%	412	0,8%	55	0,9%	2.698	0,9%	2.939	1,0%
Seguros & Resseguros & Previdência	-	0,0%	15	0,0%	-	0,0%	35	0,0%	58	0,1%	-	0,0%	108	0,0%	115	0,0%
Telecomunicações	-	0,0%	390	0,9%	10	0,0%	976	0,7%	3.115	6,4%	12	0,2%	4.503	1,6%	4.422	1,5%
Vestuário & Calçados	14	0,2%	542	1,2%	859	2,0%	2.407	1,8%	414	0,8%	252	4,1%	4.488	1,6%	4.533	1,5%
Tradings	7	0,1%	106	0,2%	581	1,3%	660	0,5%	90	0,2%	23	0,4%	1.467	0,5%	1.527	0,5%
Transportes	9	0,1%	4.735	10,8%	996	2,3%	3.746	2,7%	1.079	2,2%	302	5,0%	10.867	3,8%	11.330	3,8%
Utilidades Domésticas	-	0,0%	79	0,2%	242	0,6%	1.472	1,1%	534	1,1%	20	0,3%	2.347	0,8%	2.147	0,7%
Veículos/Auto-Peças	9	0,1%	1.373	3,1%	4.815	11,0%	6.378	4,7%	3.489	7,2%	245	4,0%	16.309	5,7%	17.166	5,7%
Terceiro Setor	-	0,0%	24	0,1%	-	0,0%	2.582	1,9%	81	0,2%	4	0,1%	2.691	0,9%	2.875	1,0%
Editorial e Gráfico	-	0,0%	124	0,3%	57	0,1%	696	0,5%	152	0,3%	81	1,3%	1.110	0,4%	1.152	0,4%
Comércio - Diversos	-	0,0%	1.140	2,6%	867	2,0%	11.043	8,1%	1.649	3,4%	644	10,6%	15.343	5,3%	16.108	5,4%
Indústria - Diversos	19	0,2%	73	0,2%	4.657	10,7%	2.623	1,9%	211	0,4%	23	0,4%	7.606	2,7%	7.940	2,7%
Serviços - Diversos	80	1,0%	2.675	6,1%	5.814	13,3%	23.473	17,2%	3.137	6,4%	564	9,3%	35.743	12,5%	36.477	12,2%
Diversos	3.047	37,4%	1.834	4,2%	2.794	6,4%	6.509	4,8%	2.649	5,4%	25	0,4%	16.858	5,9%	18.270	6,1%
Total	8.142	100,0%	43.877	100,0%	43.601	100,0%	136.442	100,0%	48.757	100,0%	6.089	100,0%	286.908	100,0%	298.657	100,0%

⁽¹⁾ Os valores incluem garantias financeiras prestadas e compromissos de crédito, não incluem TVM e são líquidos de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

⁽²⁾ Contempla comércio de combustível.

Prazo a decorrer das operações

Prazo a decorrer das operações ⁽¹⁾

R\$ milhões

	30/09/2017					30/06/2017				
	até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total	até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total
Pessoa Física	64.349	4.733	55.036	84.967	209.085	63.990	4.141	55.726	84.366	208.223
Crédito Rural	27	27	28	6	88	52	8	50	6	116
Imobiliário	73	37	1.178	58.166	59.454	72	38	1.165	57.972	59.247
Consignado	288	869	23.439	18.555	43.151	282	780	24.165	17.867	43.094
Veículos e Arrendamento Mercantil	355	958	12.205	48	13.566	411	960	12.356	53	13.780
Cartão de crédito	56.565	-	-	-	56.565	55.968	-	-	-	55.968
Garantias Financeiras Prestadas	78	614	100	384	1.176	111	62	95	391	659
Crédito Pessoal (Outros)	6.963	2.228	18.086	7.808	35.085	7.094	2.293	17.895	8.077	35.359
Pessoa Jurídica	79.203	29.918	97.417	65.727	272.265	85.147	30.624	100.637	67.839	284.247
Crédito Rural	3.226	2.852	1.380	524	7.982	4.926	2.702	2.109	515	10.252
Investimento	2.723	3.439	19.577	15.467	41.206	3.359	4.095	22.928	15.959	46.341
Importação e Exportação	16.942	5.723	16.808	4.109	43.582	16.662	3.975	8.984	2.983	32.604
Capital de Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida	45.637	10.904	46.576	21.515	124.632	50.230	11.982	54.207	23.308	139.727
Garantias Financeiras Prestadas	10.368	6.789	9.000	22.609	48.766	9.561	7.670	8.349	23.709	49.289
Outros	307	211	4.076	1.503	6.097	409	200	4.060	1.365	6.034
Total	143.552	34.651	152.453	150.694	481.350	149.137	34.765	156.363	152.205	492.470

⁽¹⁾ Os valores de Créditos a Liberar não estão sendo considerados nesta abertura.

Concentração nos Maiores Devedores

Concentração das Operações com Características de Concessão de Crédito nos Maiores Devedores

R\$ milhões

	Exposição		% da Carteira		Exposição		% da Carteira		Exposição		% da Carteira	
	30/09/2017				30/06/2017				30/09/2016			
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos ⁽¹⁾												
Maior Devedor	4.671	0,9%	4.771	0,9%	4.081	0,7%						
10 Maiores Devedores	28.460	5,3%	30.035	5,4%	31.716	5,6%						
20 Maiores Devedores	44.739	8,3%	47.742	8,6%	48.564	8,6%						
50 Maiores Devedores	72.179	13,4%	77.608	14,1%	80.974	14,3%						
100 Maiores Devedores	97.438	18,1%	103.634	18,8%	109.131	19,2%						

⁽¹⁾ Os valores incluem garantias financeiras prestadas. Não incluem compromissos de crédito.

Concentração das Operações com Características de Concessão de Crédito nos Maiores Devedores

R\$ milhões

	Exposição		% da Carteira		Exposição		% da Carteira		Exposição		% da Carteira	
	30/09/2017				30/06/2017				30/09/2016			
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos e Títulos e Valores Mobiliários ⁽¹⁾												
Maior Devedor	6.760	1,1%	6.621	1,1%	8.051	1,2%						
10 Maiores Devedores	39.508	6,4%	41.075	6,5%	46.432	7,0%						
20 Maiores Devedores	64.656	10,5%	66.190	10,5%	74.923	11,4%						
50 Maiores Devedores	104.612	17,0%	109.057	17,4%	118.909	18,0%						
100 Maiores Devedores	138.442	22,4%	143.635	22,9%	156.474	23,7%						

⁽¹⁾ Os valores incluem garantias financeiras prestadas. Não incluem compromissos de crédito.

Operações em Atraso

Montante das Operações em Atraso: Países e Regiões

R\$ milhões

	30/09/2017						30/06/2017					
	15 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	15 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Sudeste	4.689	1.586	3.852	4.082	489	14.698	4.727	1.843	3.934	4.394	464	15.362
Sul	725	241	593	773	93	2.425	730	273	636	792	83	2.514
Norte	240	76	187	224	40	767	243	84	184	285	34	830
Nordeste	671	309	776	1.044	125	2.925	733	338	809	1.091	103	3.074
Centro-Oeste	452	142	330	442	56	1.422	453	171	478	444	50	1.596
Brasil	6.777	2.354	5.738	6.565	803	22.237	6.886	2.709	6.041	7.006	734	23.376
Exterior	3.193	665	865	752	150	5.625	3.220	545	728	748	134	5.375
Total Geral	9.970	3.019	6.603	7.317	953	27.862	10.106	3.254	6.769	7.754	868	28.751

Montante das Operações em Atraso: Setor Econômico

R\$ milhões

	30/09/2017						30/06/2017					
	15 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	15 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Setor Público	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	2
Setor Privado	9.970	3.019	6.603	7.317	953	27.862	10.105	3.254	6.769	7.753	868	28.749
Pessoa Jurídica	3.025	887	2.187	2.047	266	8.412	3.142	1.077	2.108	2.504	281	9.112
Indústria e Comércio	1.090	463	1.036	1.206	170	3.965	1.174	568	1.088	1.447	188	4.465
Serviços	1.704	363	1.046	759	88	3.960	1.761	423	927	748	89	3.948
Primário	228	60	101	81	8	478	203	82	92	302	4	683
Outros	3	1	4	1	-	9	4	4	1	7	-	16
Pessoa Física	6.945	2.132	4.416	5.270	687	19.450	6.963	2.177	4.661	5.249	587	19.637
Total Geral	9.970	3.019	6.603	7.317	953	27.862	10.106	3.254	6.769	7.754	868	28.751

Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa

Para proteger-se contra perdas decorrentes de operações de crédito, o Itaú Unibanco considera todos os aspectos determinantes do risco de crédito do cliente para definir o nível de provisões adequado ao risco incorrido em cada operação. Observa-se, para cada operação, a avaliação e classificação do cliente ou grupo econômico, a classificação da operação e a eventual existência de valores em atraso, definindo o volume de provisionamento regulatório.

Evolução da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa no Trimestre

R\$ milhões

	30/09/2017				30/06/2017			
	Saldo Inicial	Constituição Líq. do Período	Baixas	Saldo Final ⁽¹⁾	Saldo Inicial	Constituição Líq. do Período	Baixas	Saldo Final ⁽¹⁾
Setor Público	(5)	-	1	(4)	(8)	2	1	(5)
Setor Privado	(37.412)	(4.059)	4.845	(36.626)	(37.632)	(5.122)	5.342	(37.412)
Pessoa Jurídica	(19.588)	(966)	1.567	(18.987)	(19.280)	(2.206)	1.898	(19.588)
Indústria e Comércio	(6.842)	(292)	863	(6.271)	(6.950)	(917)	1.025	(6.842)
Serviços	(10.056)	(741)	669	(10.128)	(9.822)	(875)	641	(10.056)
Primário	(2.003)	25	31	(1.947)	(1.824)	(409)	230	(2.003)
Outros PJ	(687)	42	4	(641)	(684)	(5)	2	(687)
Pessoa Física	(17.824)	(3.093)	3.278	(17.639)	(18.352)	(2.916)	3.444	(17.824)
Total	(37.417)	(4.059)	4.846	(36.630)	(37.640)	(5.120)	5.343	(37.417)

⁽¹⁾ Contempla provisão para garantias financeiras prestadas no valor de R\$ (1.927) (R\$ (1.884) em 30/06/2017), registrada no passivo, conforme Resolução do CMN nº 4.512/2016 e Carta Circular 3.782/2016.

Instrumentos Mitigadores

O Itaú Unibanco utiliza garantias para aumentar sua capacidade de recuperação em operações sujeitas a risco de crédito. As garantias utilizadas podem ser fidejussórias, reais, estruturas jurídicas com poder de mitigação e acordos de compensação.

Para que as garantias sejam consideradas como instrumentos mitigadores do risco de crédito, é necessário que cumpram as exigências e as determinações das normas que as regulam, sejam internas ou externas, e que sejam juridicamente exercíveis (eficazes), exequíveis e regularmente avaliadas. Para garantias reais, estruturas jurídicas com poder de mitigação e acordos de compensação, a mitigação se dá em função de metodologias estabelecidas e aprovadas pelas unidades de negócio responsáveis pela gestão do risco de crédito e pela área centralizada de controle de risco de crédito. Tais metodologias consideram fatores relativos à exequibilidade jurídica das garantias, os custos necessários para tal e o valor esperado na execução, levando em consideração a volatilidade e a liquidez do mercado. Adicionalmente, a concentração desses instrumentos na carteira de crédito é monitorada regularmente. Por fim, as garantias fidejussórias e a compra de proteção através de derivativos de crédito mitigam o risco de crédito através da substituição dos parâmetros de risco do tomador pelos do garantidor.

O Itaú Unibanco utiliza ainda derivativos de crédito para mitigar o risco de crédito de suas carteiras de títulos. Estes instrumentos são apreçados com base em modelos que utilizam o preço justo de variáveis de mercado, tais como *spreads* de crédito, taxas de recuperação, correlações e taxas de juros.

Para a utilização de cada tipo de instrumento mitigador no cálculo de capital regulatório, o Itaú Unibanco compara as especificações do instrumento frente aos requisitos previstos na regulação prudencial vigente. Neste processo, são avaliados o nível de cobertura da exposição mitigada, o fator de ponderação de risco (FPR) do mitigador, os prazos de vencimento, as moedas de denominação ou indexação, entre outros aspectos.

No caso de operações de crédito garantidas por alienação fiduciária ou hipoteca em 1º grau de imóvel residencial, a mitigação é determinada pelo FPR aplicado à exposição de acordo com o texto vigente da Circular BACEN 3.644. Estas operações, portanto, não se submetem aos procedimentos previstos na Circular BACEN 3.809.

A tabela a seguir apresenta o valor total mitigado pelos instrumentos mitigadores (garantias reais e fidejussórias), calculado nos padrões definidos pelo texto vigente da Circular BACEN 3.809. Por determinação da Circular, no início de cada exercício social a instituição deve optar entre a Abordagem Simples e a Abordagem Abrangente para mitigação do risco de crédito.

Valor Total Mitigado

	30/09/2017	30/06/2017	30/09/2016
<i>R\$ milhões</i>			
Depósitos a vista, a prazo, de poupança e letras financeiras de emissão própria	299.029	307.295	320.415
FPR 0%	299.029	307.275	320.415
FPR 20%	-	20	-
Títulos	27.872	45.688	32.077
FPR 0%	27.872	45.688	32.077
FPR 20%	-	-	-
Garantias Fidejussórias e Demais Garantias	41.845	40.425	40.154
FPR 0%	7.398	6.339	7.043
FPR 50%	33.880	33.746	33.112
FPR 85%	566	340	-
Notas de Crédito Vinculadas	6.822	7.423	-
FPR 0%	6.697	7.293	-
FPR 20%	126	130	-
Netting	2.397	1.451	-
FPR 0%	2.397	1.451	-

Risco de Crédito de Contraparte

O risco de crédito de contraparte é a possibilidade de não cumprimento, de obrigações relativas à liquidação de operações, que envolvam a negociação de ativos financeiros com risco bilateral. Abrange instrumentos financeiros derivativos, operações a liquidar, empréstimos de ativos e operações compromissadas.

O Itaú Unibanco possui regras bem definidas para o cálculo da exposição a este risco, sendo os modelos desenvolvidos utilizados tanto para o consumo de limite da contraparte como para a alocação de capital. Para derivativos, calcula-se também o risco de crédito potencial (RCP), interpretado como o valor da exposição financeira potencial que uma operação pode alcançar até o seu vencimento. Após o vencimento do contrato de derivativo, o Itaú Unibanco tem como prática provisionar os créditos a receber desses instrumentos.

Os acordos de compensação e liquidação das operações são definidos pela Resolução CMN 3.263 e, a partir de janeiro de 2017, o Itaú Unibanco passou a considerá-los no cálculo do seu capital regulatório, conforme Circular BACEN 3.809.

De acordo com a Circular BACEN 3.644, para o cálculo da exposição global líquida ao risco de crédito de contraparte decorrente de operações com instrumentos financeiros derivativos, considera-se a aplicação do Fator de Exposição Potencial Futura (FEPP). No caso de operações a liquidar, considera-se a aplicação do Fator de Conversão de Crédito de Operações a Liquidar (FCL).

Contratos de Derivativos Sujeitos ao Risco de Crédito de Contraparte

R\$ milhões

	30/09/2017	30/06/2017
Liquidados em sistema de liquidação (Bolsa) ⁽¹⁾	7.997	7.636
Valor Nocional	1.177.798	950.393
Exposição do ganho potencial futuro	4.068	3.537
Valor Positivo Bruto	3.929	4.099
Não liquidados em sistema de liquidação (Balcão) - com garantia	-	-
Valor Nocional	5.096	5.536
Exposição do ganho potencial futuro	204	224
Valor Positivo Bruto	2.771	1.843
Efeitos de acordos de compensação e liquidação de operações	2.397	1.451
Efeito de garantias	578	616
Não liquidados em sistema de liquidação (Balcão) - sem garantia	19.454	18.542
Valor Nocional	991.612	976.211
Exposição do ganho potencial futuro	8.330	8.115
Valor Positivo Bruto	11.124	10.428
Exposição líquida a derivativos	27.450	26.178

⁽¹⁾ Valores relativos a contratos liquidados em sistema de liquidação de câmara de compensação e de liquidação nos quais a câmara atue como contraparte central. A partir do segundo trimestre de 2017, o Itaú Unibanco passou a reportar o risco de crédito de contraparte de derivativos liquidados em sistema de liquidação, que tem FPR de 2%.

Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

O Itaú Unibanco considera que há risco de crédito de contraparte em compromissadas ativas (compra com compromisso de revenda) quando há diferença positiva entre o valor pago e o título recebido (quando este for elegível como mitigador); e em compromissadas passivas (venda com compromisso de recompra) quando há diferença positiva entre o título entregue e o valor recebido.

Operações Compromissadas Sujeitas ao Risco de Crédito de Contraparte

R\$ milhões

	30/09/2017	30/06/2017
Liquidados em sistema de liquidação ⁽¹⁾	6.424	1.697
Compra com compromisso de revenda	6.113	1.668
Valor Nocial ⁽²⁾	264.096	259.493
Efeito de garantias ⁽³⁾	257.983	257.825
Venda com compromisso de recompra	311	29
Valor Nocial ⁽²⁾	191.590	186.901
Efeito de garantias ⁽³⁾	191.279	186.872
Não liquidados em sistema de liquidação	4.151	3.617
Compra com compromisso de revenda	213	126
Valor Nocial ⁽²⁾	375	687
Efeito de garantias ⁽³⁾	162	560
Venda com compromisso de recompra	3.939	3.490
Valor Nocial ⁽²⁾	107.675	119.503
Efeito de garantias ⁽³⁾	103.737	116.013
Exposição líquida a compromissadas	10.575	5.314

⁽¹⁾ Valores relativos a contratos liquidados em sistema de liquidação (Bolsa, Selic ou similar).

⁽²⁾ Para as operações compromissadas o valor nocial é análogo ao valor positivo bruto.

⁽³⁾ As garantias das exposições a risco de crédito de contraparte de compromissadas são caixa e títulos públicos, com FPR equivalente a 0%.

Outros ⁽¹⁾ Contratos Sujeitos ao Risco de Crédito de Contraparte

R\$ milhões

	30/09/2017	30/06/2017
Valor Nocial ⁽²⁾	12.247	14.870
Efeitos de acordos de compensação e liquidação de operações	-	-
Efeito de garantias	-	-
Exposição líquida a outros contratos sujeitos a risco de crédito de contraparte ⁽³⁾	480	518

⁽¹⁾ Inclui contratos de TVM a liquidar e de câmbio e direitos por empréstimos de títulos e ações.

⁽²⁾ Para estes contratos o valor nocial é análogo ao valor positivo bruto.

⁽³⁾ Valor da exposição após aplicação do FCL, conforme Circular BACEN 3.644.

Exposição ao Risco de Crédito de Contraparte

R\$ milhões

	30/09/2017	30/06/2017
Exposição global líquida ao risco de crédito de contraparte	38.506	32.009
Exposição líquida a derivativos	27.450	26.178
Exposição líquida a compromissadas	10.575	5.314
Exposição líquida a outros contratos sujeitos a risco de crédito da contraparte	480	518

Aquisição, Venda ou Transferência de Ativos Financeiros

A aquisição de ativos financeiros obedece as mesmas políticas e a mesma governança de crédito estabelecida para as carteiras originadas no Itaú Unibanco. As aquisições de ativos financeiros objetivam o aumento da diversificação da carteira de crédito e o atendimento a demandas de clientes por liquidez. Já a venda e transferência de ativos financeiros atendem a demanda de investidores por ativos de crédito ou funcionam como instrumentos de gestão do risco de crédito da carteira.

As cessões de créditos realizadas até dezembro de 2011 foram contabilizadas de acordo com a regulamentação vigente, com o reconhecimento do resultado no momento da realização da cessão, independente da retenção ou não dos riscos e benefícios.

Desde janeiro de 2012, conforme determinação da Resolução CMN 3.533 e normatizações complementares, os registros contábeis passaram a ser efetuados considerando a retenção ou não dos riscos e benefícios nas operações de venda ou transferência de ativos financeiros.

Venda ou Transferência de Ativos Financeiros

R\$ milhões

	30/09/2017	30/06/2017	30/09/2016
Operações cedidas com coobrigação que estejam registradas em contas de compensação	113	120	144
Saldo das exposições cedidas com retenção substancial dos riscos e benefícios	5.203	5.333	5.384
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)	-	-	-
Securitizadoras	5.126	5.333	5.358
Instituições Financeiras	77	-	26
Sociedades de Propósito Específico (SPE)	-	-	-
Saldo das exposições cedidas sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios	-	-	-

Venda ou Transferência de Ativos Financeiros

R\$ milhões

	3º Trim 2017	2º Trim 2017	1º Trim 2017	4º Trim 2016	3º Trim 2016
Fluxo das exposições cedidas no trimestre com transferência substancial de riscos e benefícios	775	155	67	2.076	2.751
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)	252	1	67	-	-
Securitizadoras	16	79	-	1.289	2.751
Instituições Financeiras	507	75	-	86	-
Sociedades de Propósito Específico (SPE)	-	-	-	-	-
Outros ⁽¹⁾	-	-	-	701	-

⁽¹⁾ Cessão de créditos universitários realizada com o Setor Público.

Venda ou Transferência de Ativos Financeiros

R\$ milhões

	3º Trim 2017	2º Trim 2017	1º Trim 2017	4º Trim 2016	3º Trim 2016
Total das exposições cedidas nos últimos 12 meses que tenham sido honradas, recompradas, ou baixadas para prejuízo	120	150	160	99	135

Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

Aquisição de Ativos Financeiros

R\$ milhões

	30/09/2017	30/06/2017	30/09/2016
Saldo das exposições adquiridas COM retenção dos riscos e benefícios pelo cedente			
a) Por tipo de exposição	684	925	2.310
Pessoa Física - Consignado	-	-	-
Pessoa Física - Veículos e Arrendamento Mercantil	579	771	1.745
Pessoa Jurídica - Empréstimos (CCB)	104	152	560
Pessoa Jurídica - Outros	1	2	5
b) Por tipo de cedente	684	925	2.310
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)	-	-	-
Securizadoras	-	-	-
Instituições Financeiras	684	925	2.310
Sociedades de Propósito Específico (SPE)	-	-	-

Aquisição de Ativos Financeiros

R\$ milhões

	30/09/2017	30/06/2017	30/09/2016
Saldo das exposições adquiridas SEM retenção dos riscos e benefícios pelo cedente			
a) Por tipo de exposição	2.710	3.086	4.544
Pessoa Física - Consignado	2.710	3.086	4.544
b) Por tipo de cedente	2.710	3.086	4.544
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)	-	-	-
Securizadoras	-	-	-
Instituições Financeiras	2.710	3.086	4.544
Sociedades de Propósito Específico (SPE)	-	-	-

Operações de Securitização

O Itaú Unibanco possui em sua carteira títulos e valores mobiliários oriundos de processos de securitização. A carteira é composta por Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e debêntures com característica de securitização (emissões com fluxo de recebimento dependente de desempenho dos recebíveis utilizados como lastro).

A exposição à securitização de FIDC, na visão consolidada, considera apenas as cotas dos fundos não consolidados no Conglomerado Prudencial. De acordo com a Circular BACEN 3.701, investimentos em FIDCs nos quais há controle ou retenção de riscos e benefícios por parte da instituição devem ser consolidados no Conglomerado Prudencial. O Itaú Unibanco trata títulos e valores mobiliários oriundos de processos de securitização conforme a governança de produtos estabelecida, sendo o crédito aprovado nas alçadas competentes.

A retenção de riscos do Itaú Unibanco segue as diretrizes da Resolução CMN 3.533.

Na tabela seguinte, são apresentados os saldos destas operações.

Exposições de Securitização⁽¹⁾

	30/09/2017	30/06/2017	30/09/2016
CRI	15.327	15.613	17.303
Lastro: Financiamento Imobiliário	15.327	15.613	17.303
tranche única	13.483	13.690	15.203
subordinada	1.844	1.923	2.100
CRA	43	18	18
Lastro: Financiamento ao Agronegócio	43	18	18
tranche única	43	18	18
FIDC	21	21	-
Lastro: Direitos Creditórios	21	21	-
sênior	21	21	-
Debênture	163	196	282
Lastro: Carteira de Crédito	163	196	282
tranche única	163	196	282
Total	15.554	15.848	17.603

⁽¹⁾ Securitização Tradicional.

A seguir, tem-se o resumo das atividades de securitização no período:

Atividade de Securitização do Período⁽¹⁾

	3º Trim 2017	2º Trim 2017	1º Trim 2017	4º Trim 2016	3º Trim 2016
CRI	36	187	132	745	216
Lastro: Financiamento Imobiliário	36	187	132	745	216
FIDC	16	9	237	27	100
Lastro: Direitos Creditórios	16	9	237	27	100
FII	-	-	-	-	-
Lastro: Crédito Imobiliário	-	-	-	-	-
CRA	431	625	423	2.175	767
Lastro: Financiamento ao Agronegócio	431	625	423	2.175	767
Debênture	-	-	-	13	-
Lastro: Carteira de Crédito	-	-	-	13	-
Total	483	821	792	2.960	1.083

⁽¹⁾ Securitização Tradicional.

Ressalta-se que a parcela do RWA_{CPAD} atribuível às exposições de securitização não é superior a 5% do valor da respectiva parcela em 30 de setembro de 2017.

O Itaú Unibanco apura seus ganhos e perdas no processo de securitização considerando suas diferentes atuações como originador ou investidor, ou seja, participante que realiza a cessão de carteira para fins de securitização, e o negociador de títulos securitizados, respectivamente.

Quando originador, o ganho ou perda é apurado através da diferença entre o valor recebido pelos ativos cedidos às securitizadoras e o valor contábil da carteira. Quando investidor, a apuração é feita através da diferença entre o valor de venda e o valor contábil do título securitizado.

Os ganhos e perdas no processo de securitização serão divulgados quando materiais.

Derivativos de Crédito

O Itaú Unibanco compra e vende proteção de crédito predominantemente relacionada a títulos do governo brasileiro e títulos privados de empresas brasileiras, visando a atender às necessidades de seus clientes. Quando o Itaú Unibanco vende proteção de crédito, a exposição para uma dada entidade de referência pode ser compensada, parcial ou totalmente, por um contrato de compra de proteção de crédito de outra contraparte para a mesma entidade de referência ou entidade similar.

CDS (credit default swap) é um derivativo de crédito em que, na ocorrência de um evento de crédito da entidade de referência, o comprador da proteção tem direito a receber o valor equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo da obrigação na data da liquidação também conhecido como valor recuperado. O comprador da proteção não precisa deter o instrumento de dívida da entidade de referência para que receba os montantes devidos, quando um evento de crédito ocorre, conforme os termos do contrato de *CDS*.

TRS (total return swap) é uma transação na qual uma parte troca o retorno total de um ativo ou de uma cesta de ativos por fluxos de caixa periódicos, comumente juros e uma garantia contra perda de capital. Em um contrato de TRS, as partes não transferem a propriedade dos ativos.

A perda potencial máxima que pode ser incorrida com derivativos de crédito é o valor contratual do derivativo (nocial). O Itaú Unibanco acredita que, com base em sua experiência histórica, o montante de perda potencial máxima não representa o nível de perda esperada, porque, caso ocorra um evento de perda, o montante da perda potencial máxima deverá ser reduzido do valor nocial pelo valor recuperável.

Os derivativos de crédito vendidos não estão cobertos por garantias, sendo que, durante o terceiro trimestre de 2017, o Itaú Unibanco não incorreu em evento de perda relativo em contratos de derivativos de crédito.

A tabela a seguir apresenta o valor nominal dos derivativos de crédito comprados que possuem valores subjacentes idênticos àqueles que o Itaú Unibanco atua como vendedor da proteção.

Nocial dos Derivativos de Crédito Mantidos na Carteira

R\$ milhões

	30/09/2017	30/06/2017	30/09/2016
Risco Transferido	4.840	5.210	3.702
<i>Credit Default Swap (CDS)</i>	4.840	5.210	3.702
Risco Recebido	(7.174)	(7.838)	(7.624)
<i>Credit Default Swap (CDS)</i>	(7.174)	(7.838)	(7.624)
Total	(2.334)	(2.628)	(3.922)
Capital requerido do Risco Recebido	46	66	295

6 Risco de Mercado

6.1 Estrutura e Tratamento

O risco de mercado é a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (*commodities*).

A política institucional de gerenciamento de risco de mercado encontra-se aderente à Resolução CMN 3.464 e alterações posteriores, constituindo um conjunto de princípios que norteiam a estratégia no controle e gerenciamento de risco de mercado de toda a instituição.

A estratégia de gerenciamento de riscos do Itaú Unibanco busca balancear seus objetivos de negócio, considerando, dentre outros:

- Conjuntura política, econômica e de mercado;
- Perfil da carteira do Itaú Unibanco;
- Capacidade de atuar em mercados específicos.

A estrutura de controle de risco de mercado do Itaú Unibanco tem a função de:

- Proporcionar visibilidade e conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com os objetivos de risco-retorno do Itaú Unibanco;
- Promover o diálogo disciplinado e bem informado sobre o perfil de risco global e sua evolução no tempo;
- Aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados;
- Fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio; e
- Monitorar e evitar a concentração de riscos.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de: (i) mensuração e avaliação de risco, (ii) monitoramento de cenários de estresse, limites e alertas, (iii) aplicação, análise e testes de cenários de estresse, (iv) reporte de risco para os responsáveis individuais dentro das unidades de negócios de acordo com a governança do Itaú Unibanco, (v) monitoramento de ações necessárias para o reajuste de posições e/ou níveis de risco para fazê-los viáveis, e (vi) apoio ao lançamento de novos produtos financeiros com segurança.

O CMN possui regulamentos que estabelecem a segregação de exposição ao risco de mercado em fatores de risco, tais como: taxas de juros, taxas de câmbio, ações e *commodities*. Os índices de inflação brasileiros também são tratados como um grupo de fatores de risco e seguem a mesma estrutura de governança de limites

A estrutura de limites e alertas é alinhada com as diretrizes do CA, sendo revisada e aprovada anualmente. Esta estrutura conta com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão dos riscos, bem como evitar sua concentração. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio, a liquidez, a complexidade e as volatilidades dos mercados, bem como o apetite de risco da instituição.

Buscando o enquadramento das operações nos limites definidos, o Itaú Unibanco realiza *hedge* de operações de clientes e de posições proprietárias, inclusive de investimentos no exterior. Derivativos são os instrumentos mais utilizados para a execução destas atividades de *hedge*, e podem se caracterizar como *hedge* contábil ou econômico, ambos regidos por normativos institucionais no Itaú Unibanco.

O tema *hedge* contábil é tratado em detalhe na Nota Explicativa “7g V - Hedge Contábil”, das Demonstrações Contábeis Completas, disponível no site www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores.

A gestão de risco de mercado segue a segregação das operações em Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação, de acordo com os critérios gerais estabelecidos pela Resolução CMN 3.464 e Circular BACEN 3.354. A carteira de negociação é composta por todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, realizadas com a intenção de negociação. Já a carteira de não negociação caracteriza-se preponderantemente pelas operações provenientes do negócio bancário e relacionadas à gestão do balanço da instituição, realizadas sem a intenção de negociação e com horizonte de tempo de médio e longo prazos.

A gestão do risco de mercado é realizada com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (*VaR*): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos);
- *Stop Loss*: métrica que tem por objetivo a revisão das posições, caso as perdas acumuladas em um dado período atinjam um determinado valor;
- Concentração: exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco, calculada a valor de mercado ("*MtM – Mark to Market*"); e
- *VaR* Estressado: métrica estatística derivada do cálculo de *VaR*, que objetiva capturar o maior risco em simulações da carteira de negociação atual, levando em consideração retornos observáveis em cenários históricos de extrema volatilidade.

Adicionalmente, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, incluem-se:

- Análise de Descasamentos (GAPS): exposição acumulada dos fluxos de caixa, por fator de risco, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;
- Sensibilidade (DV01- Delta Variation): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador;
- Sensibilidades aos Diversos Fatores de Riscos (GREGAS): derivadas parciais de uma carteira de opções em relação aos preços dos ativos-objetos, às volatilidades implícitas, às taxas de juros e ao tempo.

O Itaú Unibanco utiliza sistemas proprietários para mensurar o risco de mercado consolidado. O processamento desses sistemas ocorre em ambientes com controle de acesso, de alta disponibilidade, com processos de guarda e recuperação de dados e conta com infraestrutura para garantir a continuidade de negócios em situações de contingência (*disaster recovery*).

O documento "Relatório de Acesso Público - Risco de Mercado", que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de mercado, pode ser visualizado no site <https://www.itaunet.com.br/relacoes-com-investidores>, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas.

6.2 Análise da Carteira de Mercado

Risco de taxa de juros na carteira de não negociação

O risco de taxa de juros é a perda potencial associada a variações dessas taxas no mercado em relação aos descasamentos de indexadores e prazos e entre aplicações e captações. A metodologia adotada envolve marcação a mercado dos diversos produtos, calculando a sensibilidade às variações das taxas de juros e o valor em risco por simulação histórica (*VaR*) bem como testes de estresse em toda a carteira, conforme estabelecido nos normativos institucionais do Itaú Unibanco.

Na gestão do risco de taxa de juros das carteiras de empréstimos que apresentam liquidações antecipadas relevantes, o Itaú Unibanco ajusta os vencimentos originais das operações, que aceleram o decaimento dos fluxos de pagamento originalmente contratados para melhor refletir o comportamento esperado de clientes.

Da mesma forma, os saldos de produtos que não possuem vencimento definido, como depósitos a vista e cadernetas de poupança, são tratados estatisticamente considerando comportamentos históricos e sazonais. A porção *core* é distribuída no tempo gerando exposição às variações de taxas de juros, de acordo com metodologias aprovadas internamente.

A tabela abaixo mostra a sensibilidade do valor das posições da carteira de não negociação a mudanças nas curvas de juros, seguindo metodologia e cenários de estresse adotados.

Sensibilidade das Carteiras de Não Negociação ⁽¹⁾

R\$ milhões

Fatores de Risco	Exposições	30/09/2017		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
	Risco de Variação em:			
Prefixado	Taxa de juros prefixada em reais	(6)	(1.411)	(2.777)
Cupons Cambiais	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(2)	(250)	(472)
Índices de Preços	Taxas de cupons de inflação	(2)	(210)	(400)
TR	Taxa do cupom de TR	1	(118)	(278)

⁽¹⁾ Valores líquidos dos efeitos fiscais.

Para mensurar estas sensibilidades, são utilizados os seguintes cenários:

Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

- Cenário I: Acréscimo de 1 ponto-base nas taxas de juros pré-fixado, cupom de moedas, inflação e índice de taxas de juros, e 1 ponto percentual nos preços de moedas e ações;
- Cenário II: Aplicação de choques de 25% nas taxas das curvas de juros pré-fixado, cupom de moedas, inflação, índices de taxas de juros e nos preços de moedas e ações, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco;
- Cenário III: Aplicação de choques de 50% nas taxas das curvas de juros pré-fixado, cupom de moedas, inflação e índices de taxas de juros e nos preços de moedas e ações, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco.

Evolução da Carteira de Negociação

Valor Total da Carteira de Negociação

R\$ milhões

Fatores de Risco	30/09/2017		30/06/2017		30/09/2016	
	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida
Taxas de Juros	138.646	(196.152)	160.868	(235.883)	147.545	(169.485)
Taxas de Câmbio	126.328	(122.725)	129.684	(125.049)	225.776	(223.863)
Ações	2.448	(2.506)	1.662	(1.801)	1.278	(1.398)
Commodities	0	(3)	1	(0)	14	(1)

Evolução da Carteira de Derivativos

As posições em derivativos têm como principal função gerir os riscos das carteiras de não negociação e de negociação nos respectivos fatores de risco.

Derivativos: Operações no Brasil - Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação - Com Contraparte Central

R\$ milhões

Fatores de Risco	30/09/2017		30/06/2017		30/09/2016	
	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida
Taxas de Juros	491.699	(564.004)	406.878	(500.960)	381.454	(428.477)
Taxas de Câmbio	69.531	(91.318)	56.874	(77.407)	87.965	(104.834)
Ações	3.195	(2.320)	1.973	(1.401)	5.125	(4.194)
Commodities	447	(404)	350	(296)	538	(541)

Derivativos: Operações no Brasil - Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação - Sem Contraparte Central

R\$ milhões

Fatores de Risco	30/09/2017		30/06/2017		30/09/2016	
	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida
Taxas de Juros	146.555	(160.496)	272.394	(286.835)	295.314	(296.994)
Taxas de Câmbio	131.888	(145.392)	266.403	(281.525)	169.776	(198.266)
Ações	27.286	(27.261)	24.302	(24.376)	26.008	(26.013)
Commodities	142	(181)	138	(181)	205	(189)

Derivativos: Operações no Exterior - Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação - Com Contraparte Central

R\$ milhões

Fatores de Risco	30/09/2017		30/06/2017		30/09/2016	
	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida
Taxas de Juros	2.117	(4.220)	1.460	(3.235)	1	(948)
Taxas de Câmbio	108.551	(104.596)	109.699	(105.818)	279.946	(278.037)
Ações	351	(562)	225	(391)	262	(341)
Commodities	-	-	-	-	-	-

Derivativos: Operações no Exterior - Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação - Sem Contraparte Central

R\$ milhões

Fatores de Risco	30/09/2017		30/06/2017		30/09/2016	
	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida
Taxas de Juros	334.563	(334.108)	285.496	(288.525)	205.978	(214.149)
Taxas de Câmbio	1.053.401	(1.054.090)	1.011.182	(1.008.776)	668.093	(661.896)
Ações	569	(569)	578	(578)	662	(662)
Commodities	-	-	-	-	-	-

VaR - Consolidado Itaú Unibanco

O VaR Consolidado do Itaú Unibanco é calculado por Simulação Histórica, que tem como premissa que a distribuição esperada para os ganhos e perdas (P&L's - *Profit and loss statement*) possíveis para uma carteira ao longo de um horizonte temporal desejado pode ser estimada a partir do comportamento histórico dos retornos dos fatores de risco de mercado a que essa carteira está exposta. Para o cálculo do VaR de instrumentos não-lineares, é realizada a reprecificação completa (*full valuation*), sem potenciais simplificações no cálculo. O VaR é calculado com um intervalo de confiança de 99%, período histórico de 4 anos (1000 dias úteis) e um horizonte de manutenção (*holding period*) que varia de acordo com a liquidez de mercado da carteira, considerando um horizonte mínimo de 10 dias úteis. Ainda, em uma abordagem conservadora, o VaR é calculado diariamente com e sem ponderação pela volatilidade, sendo o VaR final o valor mais restritivo dentre as duas metodologias.

A partir do terceiro trimestre de 2016, o Itaú Unibanco passou a calcular o VaR da carteira regulatória (exposições da carteira de negociação e exposições em moeda estrangeira e *commodities* da carteira de não negociação) com base em modelos internos, aprovados pelo BACEN.

VaR - Itaú Unibanco Holding ⁽¹⁾

R\$ milhões			
VaR por Grupo de Fatores de Risco	30/09/2017	30/06/2017	30/09/2016
Taxas de Juros	712,0	666,5	587,2
Moedas	46,6	6,5	18,1
Ações	51,6	41,4	47,5
Commodities	1,8	4,0	1,0
Efeito de Diversificação	(375,8)	(257,6)	(357,5)
VaR Total	436,2	460,8	296,3
VaR Total Máximo no Trimestre	466,9	874,0	321,8
VaR Total Médio no Trimestre	374,5	504,3	256,8
VaR Total Mínimo no Trimestre	315,4	339,4	199,6

⁽¹⁾ Valores reportados consideram 1 dia como horizonte de tempo e 99% de nível de confiança. O VaR por Grupo de fatores de Risco considera as informações das unidades exte

A redução no VaR Total verificada em relação ao trimestre anterior foi devida principalmente à diminuição da volatilidade do mercado.

VaR e VaR Estressado Modelo Interno – Carteira Regulatória

Assim como no cálculo do VaR Consolidado, o Itaú Unibanco utiliza metodologia de simulação histórica para o cálculo do VaR estressado da Carteira Regulatória, com um intervalo de confiança de 99% e um horizonte de 10 dias.

VaR e VaR Estressado - Itaú Unibanco - Carteira Regulatória ⁽¹⁾

R\$ milhões						
VaR por Grupo de Fatores de Risco	30/09/2017		30/06/2017		30/09/2016	
	VaR ⁽²⁾	VaR Estressado	VaR ⁽²⁾	VaR Estressado	VaR ⁽²⁾	VaR Estressado
Taxas de Juros	54,8	286,5	61,2	283,1	47,7	238,3
Moedas	36,1	78,4	4,6	19,1	10,7	29,4
Ações	16,0	46,7	7,9	7,7	12,7	17,4
Commodities	1,0	3,0	4,0	9,2	0,8	13,6
Efeito de Diversificação	(34,4)	(196,3)	(20,0)	(117,3)	(26,7)	(162,7)
VaR Total	73,5	218,3	57,7	201,8	45,2	136,0
VaR Total Máximo no Trimestre	86,0	281,7	102,8	345,0	65,3	266,1
VaR Total Médio no Trimestre	59,3	194,7	41,9	134,6	46,5	158,0
VaR Total Mínimo no Trimestre	37,7	122,1	15,3	56,8	26,3	102,8

⁽¹⁾ VaR calculado por simulação histórica. Valores reportados consideram 99% de nível de confiança. Não contempla Unidades Externas.

⁽²⁾ Horizonte de tempo de 1 dia.

Teste de Estresse

Além do uso do VaR, o Itaú Unibanco realiza análises de risco em cenários extremos por meio de um arcabouço diversificado de testes de estresse, a fim de capturar as potenciais perdas significativas em situações extremas de mercado. Os cenários são baseados em crises históricas ou em choques pré-determinados nos fatores de risco.

Um fator que tem grande influência sobre o resultado dos testes, por exemplo, é a correlação entre os ativos e respectivos fatores de risco, e este efeito é simulado de várias maneiras nos diversos cenários testados.

A fim de identificar seus maiores riscos e auxiliar na tomada de decisão da tesouraria e da alta administração, os resultados dos testes de estresse são avaliados por fatores de risco, bem como de forma consolidada.

Teste de Aderência

A eficácia do modelo de *VaR* é comprovada pelo teste de aderência, através da comparação de perdas e ganhos diários hipotéticos e efetivos, com o *VaR* diário estimado, de acordo com a Circular BACEN 3.676. O número de exceções dos limites estabelecidos de *VaR* deve ser compatível, dentro de uma margem estatística aceitável, com a hipótese de intervalos de confiança de 99%, considerando uma janela de 250 dias úteis. Também são considerados os intervalos de confiança de 97,5% e 95% e as janelas de 500 e 750 dias úteis, respectivamente. As análises do teste de aderência apresentadas abaixo consideram as faixas sugeridas pelo Comitê de Basileia de Supervisão Bancária. Essas faixas dividem-se em:

- Verde (0 a 4 exceções): os resultados do teste de aderência que não sugerem problemas com a qualidade ou a precisão dos modelos adotados;
- Amarela (5 a 9 exceções): faixa intermediária. Sinaliza a necessidade de atenção por meio do monitoramento ou possibilidade de revisão dos modelos adotados; e
- Vermelha (10 ou mais exceções): há necessidade de uma ação de melhoria.

O teste de aderência não apresentou falhas em relação aos resultados efetivos e hipotéticos no período.

Apreçamento de Instrumentos Financeiros

O apreçamento das carteiras do Itaú Unibanco utiliza, preferencialmente, cotações observadas nos mercados financeiros, capturadas através de fontes externas fidedignas, ou, para o caso de fatores não disponíveis em fontes especializadas, estimativas provenientes de modelos de apreçamento que representem a justa valorização das posições.

Dentre os parâmetros de apreçamento utilizados pelo Itaú Unibanco estão: taxas de juros, taxas de câmbio, preços de títulos, ações, *commodities*, contratos derivativos, índices e volatilidades.

Os preços calculados pela área de *pricing* passam por um processo de validação independente diária das informações de preços, curvas e superfícies de volatilidade (IPV – *Independent price validation*), a fim de garantir a consistência e acurácia da informação.

7 Risco Operacional

7.1 Estrutura e Tratamento

O risco operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem na realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O Itaú Unibanco classifica internamente seus eventos de risco em:

- Fraude interna;
- Fraude externa;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pelo Itaú Unibanco;
- Interrupção das atividades do Itaú Unibanco;
- Falhas em sistemas processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI);
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades no Itaú Unibanco.

Na gestão de risco operacional, inclui-se o risco de conduta, que é objeto de ações mitigatórias que contemplam a avaliação do desenho do produto (*suitability*) e dos modelos de incentivos. Ações relacionadas à prevenção a fraudes são conduzidas pela área de inspetoria. Independentemente da origem, os casos específicos podem ser deliberados nos comitês de riscos e comitês de integridade e ética. O Itaú Unibanco possui governança estruturada através de fóruns e órgãos colegiados, que reportam ao CA, com papéis e responsabilidades bem definidos de forma a segregar as atividades de negócio, gestão e controle, assegurando a independência entre as áreas. e, conseqüentemente, decisões equilibradas em relação aos riscos. Isto se reflete na gestão dos riscos executada de forma descentralizada, que é responsabilidade das áreas de negócio, e pelo controle centralizado, executado pela área de controles internos, *compliance* e risco operacional, através de metodologias, treinamento, certificação e monitoramento do ambiente de controles de maneira independente.

Os gestores das áreas executivas utilizam-se de metodologias corporativas construídas e disponibilizadas pela área de controles internos, *compliance* e risco operacional. Entre as metodologias e ferramentas utilizadas, destacam-se a autoavaliação e o mapa de riscos priorizados da instituição, a aprovação de processos, produtos e projetos de desenvolvimento sistêmico, o monitoramento de indicadores chave de risco e a base de dados de perdas operacionais, garantindo uma base conceitual única para o gerenciamento de processos, sistemas, projetos e novos produtos e serviços.

Dentro da governança do processo de gerenciamento de riscos, periodicamente, são apresentados os reportes consolidados do monitoramento de riscos, controles, planos de ação e perdas operacionais aos executivos das áreas de negócio.

Em linha com os princípios da Resolução CMN 4.557, o documento “Relatório Acesso Público – Gestão Integrada Risco Operacional/Controles Internos/Compliance”, versão resumida do normativo institucional de gerenciamento de risco operacional, pode ser acessado no site www.itaunet.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas.

7.2 Gestão de Crises e Continuidade dos Negócios

O Programa de Continuidade de Negócios do Itaú Unibanco tem por objetivo se antecipar e responder em um nível aceitável a eventos que possam interromper suas atividades essenciais. Ele estabelece o Plano de Continuidade de Negócios (PCN) que são procedimentos modulares à disposição para utilização em eventuais incidentes. Abaixo estão as descrições/características dos planos existentes:

- Plano de *Disaster Recovery*: foco na recuperação de seu *data center* primário, assegurando a continuação do processamento de sistemas críticos dentro de períodos mínimos pré-estabelecidos;
- Plano de Contingência de Local de Trabalho: colaboradores responsáveis pela execução de funções críticas contam com instalações alternativas, para conduzirem suas atividades em caso de indisponibilidade dos prédios em que trabalham diariamente;
- Plano de Emergência: procedimentos destinados a minimizar os efeitos de situações emergenciais que possam ter impactos sobre as instalações do Itaú Unibanco, com foco preventivo;

Plano de Contingência de Processos: alternativas (Planos B) para execução de processos críticos identificados nas áreas de negócio.

Para avaliar a eficiência das ações de contingenciamento frente aos cenários de interrupção descritas nos planos e identificar pontos de melhoria, são realizados testes, cuja periodicidade varia conforme o plano, sendo realizado, minimamente, anualmente.

No intuito de manter as soluções de continuidade alinhadas aos requerimentos de negócios (processos, recursos mínimos para execução, exigências legais, etc.), o Programa prevê a aplicação das seguintes análises para entendimento da instituição:

- Análise de Impacto nos Negócios (BIA): avaliação da criticidade e exigência de recuperação dos processos que suportam a entrega de produtos e serviços. Por meio desta análise, são definidas as prioridades de retomada do ambiente de negócio;
- Avaliação de Vulnerabilidades e Ameaças (AVA): identificação das ameaças às localidades, onde os prédios utilizados pelo Itaú Unibanco estão localizados.

Adicionalmente a instituição conta com o Programa Corporativo de Gerenciamento de Crises implantado de forma corporativa, que visa gerenciar eventos de interrupção de negócios, desastres naturais, impactos ambientais, sociais, infraestrutura/operacionais (incluindo tecnologia da informação) ou qualquer outra natureza que ameacem a imagem e a reputação e/ou a viabilidade de seus processos perante seus colaboradores, clientes, parceiros estratégicos e reguladores, com respostas tempestivas e integradas.

7.3 Validação Independente de Modelos de Riscos

O Itaú Unibanco realiza validação independente dos processos e dos modelos de risco. Esta atividade é realizada por diretoria apartada das áreas de negócio e controle de risco, garantindo a independência das avaliações.

A metodologia de validação, definida em política interna específica, é aderente aos requisitos regulatórios, como por exemplo, os estabelecidos nas Circulares BACEN 3.646 e 3.674. As etapas de validação incluem, entre outras:

- Verificação do desenvolvimento matemático e teórico dos modelos;
- Análise qualitativa e quantitativa dos modelos, incluindo a declaração de variáveis, construção de calculadora independente e a adequação das referências técnicas utilizadas;
- Quando aplicável, comparação com modelos alternativos e *benchmarks* internacionais;
- *Backtesting* histórico do modelo;
- A correta implantação dos modelos nos sistemas utilizados

Adicionalmente, a área de validação avalia o programa de teste de estresse.

A atuação da área de validação independente e as validações de processos e modelos são avaliadas pela Auditoria Interna e submetidas a comitês específicos, compostos por membros da alta administração. As oportunidades de melhoria encontradas ao longo do processo de validação independente estão devidamente endereçadas com planos de ação, sendo os mesmos acompanhados pelas 3 linhas de defesa e alta administração até sua conclusão.

8 Risco de Liquidez

8.1 Estrutura e Tratamento

O risco de liquidez é definido como a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculações de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

O controle de risco de liquidez é realizado por área independente das áreas de negócio, responsável por definir a composição da reserva, estimar o fluxo de caixa e a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo, e monitorar limites mínimos para absorver perdas em cenários de estresse para cada país onde o Itaú Unibanco opera. Todas as atividades são sujeitas à verificação pelas áreas independentes de validação, controles internos e auditoria.

Adicionalmente, e em observância às exigências da Resolução CMN 4.090 e da Circular BACEN 3.749, é enviado mensalmente ao BACEN o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL) e, periodicamente, são elaborados e submetidos à alta administração os seguintes itens para acompanhamento e suporte às decisões:

- Diferentes cenários projetados para a evolução da liquidez;
- Planos de contingência para situações de crise;
- Relatórios e gráficos que descrevem as posições de risco;
- Avaliação do custo de captação e fontes alternativas de captação;
- Acompanhamento da diversificação de captação através de um controle constante de fontes de captação, considerando tipo do investidor e prazo, entre outros fatores.

O documento “Relatório de Acesso Público - Risco de Liquidez”, que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de liquidez, pode ser visualizado no site www.italu.com.br/relacoes-com-investidores, seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas.

8.2 Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR)

O indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR – do inglês “*Liquidity Coverage Ratio*”), cujo cálculo segue a metodologia estabelecida pelo BACEN, que está alinhada às diretrizes internacionais de Basileia, é definido pela seguinte razão:

$$LCR = \frac{HQLA}{Saídas_e - M\acute{m} (Entradas_e; 75\% \times Saídas_e)}$$

- HQLA – Ativos de Alta Liquidez (do inglês “*High quality liquid assets*”) = corresponde ao saldo em estoque, em alguns casos ponderado por um fator de desconto, dos ativos que se mantêm líquidos nos mercados mesmo durante períodos de estresse, que podem ser facilmente convertidos em espécie e que são classificados como de baixo risco;
- Saídas_e = total das potenciais saídas de caixa previstas para um horizonte de 30 dias, calculadas em cenário de estresse padronizado, determinado pela Circular BACEN 3.749;
- Entradas_e = total das potenciais entradas de caixa previstas para um horizonte de 30 dias, calculadas em cenário de estresse padronizado, determinado pela Circular BACEN 3.749.

Conforme instruções da Carta Circular BACEN 3.775, bancos com ativos totais acima de R\$ 100 bilhões passaram, desde outubro de 2015, a enviar mensalmente ao BACEN o LCR do Conglomerado Prudencial. Esse indicador prevê exigência mínima regulatória progressiva, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Cronograma de limites a serem observados

	A partir de 1º de janeiro				
	2015	2016	2017	2018	2019
Indicador mínimo de Liquidez de Curto Prazo (LCR)	60% ⁽¹⁾	70%	80%	90%	100%

⁽¹⁾ A partir de 1º de outubro de 2015.

Informações sobre o indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR)

	3º trimestre 2017		2º trimestre 2017		3º trimestre 2016	
	Valor Médio ⁽¹⁾	Valor Ponderado Médio ⁽²⁾	Valor Médio ⁽¹⁾	Valor Ponderado Médio ⁽²⁾	Valor Médio ⁽¹⁾	Valor Ponderado Médio ⁽²⁾
Ativos de Alta Liquidez (HQLA)						
1 Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)		190.910.310		185.287.400		184.827.222
Saídas de Caixa⁽³⁾						
2 Captações de varejo, das quais:	256.569.365	22.325.666	255.833.402	21.044.057	263.796.160	23.157.677
3 Captações estáveis	135.644.891	5.954.084	130.364.694	3.944.853	116.503.998	3.525.292
4 Captações menos estáveis	120.924.474	16.371.582	125.468.709	17.099.204	147.292.162	19.632.384
5 Captações de atacado não colateralizadas, das quais:	136.689.717	63.415.545	141.438.494	67.179.352	140.865.090	64.002.396
6 Depósitos operacionais (todas as contrapartes) e depósitos de cooperativas filiadas	2.348.312	103.219	2.258.714	68.794	1.061.189	97.362
7 Depósitos não-operacionais (todas as contrapartes)	132.826.960	61.797.882	137.112.788	65.043.566	138.171.682	62.272.816
8 Demais captações de atacado não colateralizadas	1.514.444	1.514.444	2.066.992	2.066.992	1.632.218	1.632.218
9 Captações de atacado colateralizadas		4.376.562		3.730.196		214.886
10 Requerimentos adicionais, dos quais:	192.572.015	24.135.378	188.516.807	23.072.171	181.933.408	20.322.944
11 Relacionados a exposição a derivativos e a outras exigências de colateral	17.605.105	8.041.172	15.086.132	6.575.995	16.423.829	9.040.341
12 Relacionados a perda de captação por meio de emissão de instrumentos de dívida	4.057.455	4.057.455	4.408.353	4.408.353	135.616	135.616
13 Relacionados a linhas de crédito e de liquidez	170.909.455	12.036.751	169.022.322	12.087.823	165.373.962	11.146.987
14 Outras obrigações contratuais	47.297.669	47.297.669	47.593.878	47.593.878	48.673.950	48.673.950
15 Outras obrigações contingentes	84.309.251	9.460.864	82.689.708	8.191.542	86.729.575	8.962.373
16 Total de saídas de caixa		171.011.684		170.811.197		165.334.226
Entradas de Caixa⁽³⁾						
17 Empréstimos colateralizados	163.384.746	91.337	144.818.691	50.782	233.373.217	146.479
18 Operações concedidas em aberto, integralmente adimplentes	27.199.507	14.755.671	30.158.349	16.389.135	28.123.165	15.663.094
19 Outras entradas de caixa	69.075.805	61.019.020	70.794.755	62.492.051	71.421.713	63.006.356
20 Total de entradas de caixa	259.660.058	75.866.028	245.771.795	78.931.968	332.918.095	78.815.929
		Valor Total Ajustado ⁽⁴⁾		Valor Total Ajustado ⁽⁴⁾		Valor Total Ajustado ⁽⁴⁾
21 Total HQLA		190.910.310		185.287.400		184.827.222
22 Total de saídas líquidas de caixa		95.145.656		91.879.229		86.518.297
23 LCR (%)		200,7%		201,7%		213,6%

⁽¹⁾ Corresponde ao saldo total referente ao item de entradas ou saídas de caixa.

⁽²⁾ Corresponde ao valor após aplicação dos fatores de ponderação.

⁽³⁾ Corresponde as saídas (Saídas_e) e entradas (Entradas_e) potenciais de caixa.

⁽⁴⁾ Corresponde ao valor calculado após a aplicação dos fatores de ponderação e dos limites estabelecidos pela Circular BACEN 3.749.

A tabela demonstra que o Itaú Unibanco possui uma média de LCR no trimestre de 200,7%, portanto, a instituição possui confortavelmente ativos líquidos suficientes para suportar mais de 30 dias em um período de estresse de liquidez, idiossincrático ou sistêmico, previsto pela métrica.

9 Outros Riscos

Riscos de Seguros, Previdência e Capitalização

Os produtos que compõem as carteiras das seguradoras do Itaú Unibanco estão relacionados aos seguros de vida e elementares, aos planos de previdência privada e aos produtos de capitalização. Os principais riscos inerentes a esses produtos estão descritos a seguir e suas definições são apresentadas nos seus respectivos capítulos.

- Risco de subscrição: possibilidade de perdas decorrentes de operações de seguro, previdência e capitalização que contrariem as expectativas da instituição, associadas, direta ou indiretamente, às bases técnicas e atuariais utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições e provisões;
- Risco de mercado;
- Risco de crédito;
- Risco operacional;
- Risco de liquidez.

Em linha com as boas práticas nacionais e internacionais o Itaú Unibanco possui estrutura de gerenciamento de riscos que garante que os riscos oriundos dos produtos de seguro, previdência e capitalização sejam avaliados adequadamente e reportados aos fóruns pertinentes.

O processo de gerenciamento dos riscos de seguros, previdência e capitalização é independente e foca nas especificidades de cada risco.

Por fim, o Itaú Unibanco tem como objetivo assegurar que os ativos garantidores dos produtos de longo prazo, com retornos mínimos garantidos, sejam geridos de acordo com as características do passivo, visando ao seu equilíbrio atuarial e à solvência no longo prazo.

Risco Socioambiental

O Itaú Unibanco entende o risco socioambiental como o risco de perdas decorrentes de danos socioambientais causados pela instituição no desenvolvimento de suas atividades.

As ações de mitigação do risco socioambiental são efetuadas através de mapeamentos de processos, riscos e controles, no acompanhamento de novas normas relacionadas ao tema e no registro das ocorrências em bases internas. Além da identificação, as etapas de priorização, resposta ao risco, monitoramento e reporte dos riscos avaliados complementam o gerenciamento do risco socioambiental no Itaú Unibanco. A gestão do risco socioambiental é efetuada pela primeira linha de defesa em suas operações diárias, contando com o apoio técnico da área jurídica e da área de controle de riscos, que dispõem de equipe dedicada à gestão do risco socioambiental. As unidades de negócio contam ainda com a governança de aprovação de novos produtos, que contempla em sua avaliação o risco socioambiental, garantindo a observância deste requisito em todos os novos produtos aprovados pela instituição. A governança conta ainda com o Comitê de Risco Socioambiental, que tem como principal competência orientar sobre entendimentos institucionais relacionados à exposição ao risco socioambiental para as atividades e as operações da instituição.

O Itaú Unibanco está constantemente progredindo na governança do risco socioambiental, sempre atento aos desafios para acompanhar as mudanças e as demandas da sociedade. Assim, dentre outras ações, a instituição assumiu e incorporou aos seus processos internos uma série de compromissos e pactos voluntários, nacionais e internacionais, voltados à integração de aspectos sociais, ambientais e de governança nos negócios. Destacam-se os Princípios para o Investimento Responsável (PRI), a Carta pelos Direitos Humanos – Ethos, os Princípios do Equador (EP), o Pacto Global, o *Carbon Disclosure Project* (CDP), o Programa Brasileiro *GHG Protocol*, o Pacto Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, entre outros. Os esforços da instituição para expandir os conhecimentos sobre avaliação dos critérios sociais e ambientais têm sido reconhecidos dentro e fora do país, como mostra a presença recorrente da instituição nos principais índices de sustentabilidade no exterior, como no *Dow Jones Sustainability Index*, e recentemente, no Índice de Sustentabilidade *Euronext Vigeo – Emerging 70*, e no Brasil, como no Índice de Sustentabilidade Empresarial, além dos diversos prêmios que o Itaú Unibanco recebeu.

Risco Regulatório

O risco regulatório é o risco de perdas devido a multas, sanções e outras punições aplicadas por reguladores decorrentes do não cumprimento de requerimentos regulatórios. O risco regulatório é gerenciado através de processo estruturado que visa a identificar alterações no ambiente regulatório, analisar os impactos nas áreas da instituição e acompanhar a implantação das ações voltadas para a aderência às exigências normativas.

O Itaú Unibanco possui fluxo estruturado para o tratamento de normas, abrangendo as etapas de captura, distribuição, acompanhamento e cumprimento, sendo que todos os processos estão definidos em normativos internos. A estrutura e fluxo para tratamento do risco regulatório envolvem diversas áreas da instituição e são compostos por: (i) estrutura de linhas de defesa; (ii) acompanhamento de projetos de lei, editais e consultas públicas; (iii) captura de novas normas e definição de planos de ação; (iv) relacionamento com reguladores e entidades de representação; (v) acompanhamento de planos de ação; e (vi) controle de cumprimento de decisões judiciais e de TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) celebrados em ações civis públicas. Além disso, a classificação e priorização dos riscos da instituição seguem a metodologia de controles internos do Itaú Unibanco.

Risco de Modelo

O risco de modelo é o risco decorrente dos modelos utilizados pelo Itaú Unibanco não refletirem de maneira consistente as relações de variáveis de interesse, acarretando resultados que diferem sistematicamente do observado. Esse risco pode se materializar, principalmente, devido ao uso em realidades distintas da modelada. As melhores práticas que balizam o controle do risco de modelo na instituição incluem: (i) certificação da qualidade das bases de dados utilizadas; (ii) aplicação de uma lista de verificação de pontos essenciais a serem cumpridos durante o desenvolvimento; (iii) conservadorismo em modelos julgamentais; (iv) uso de *benchmarks* externos; (v) homologação dos resultados gerados na implantação; (vi) validação técnica independente; (vii) validação de uso; (viii) avaliações de impacto no uso; (ix) monitoramento de desempenho; e (x) monitoramento da distribuição das variáveis explicativas e do *score* final.

Risco País

O risco país é o risco de perdas relativas ao não cumprimento de obrigações associadas a tomadores, emissores, , contrapartes ou garantidores, em decorrência de eventos político-econômicos e sociais ou ações realizadas pelo governo do país onde está o tomador, o emissor, a contraparte ou o garantidor

O Itaú Unibanco dispõe de uma estrutura específica para gestão e controle do risco país, composta de órgãos colegiados e equipes dedicadas, com responsabilidades definidas em política. A instituição possui um fluxo estruturado e consistente para gestão e controle do risco país, composto por processos que abrangem: (i) definição de *ratings* para países; (ii) definição de limites para países; e (iii) monitoramento dos limites.

Risco de Negócio e Estratégia

O risco de negócio e estratégia é o risco decorrente do impacto negativo nos resultados e no capital em consequência de um planejamento estratégico falho, da tomada de decisões estratégicas adversas, da inabilidade do Itaú Unibanco implantar os planos estratégicos apropriados e/ou de mudanças em seu ambiente de negócio.

O Itaú Unibanco implantou diversos mecanismos que garantem que tomadas de decisão, tanto de negócio quanto estratégicas, sigam uma governança adequada, tenham a participação ativa de executivos e do CA, sejam baseadas em informações de mercado, macroeconômicas e de risco, e visem a otimizar a relação de risco-retorno. As tomadas de decisões e as definições de diretrizes de negócio e de estratégia contam com pleno envolvimento do CA, principalmente através do Comitê de Estratégia, e dos executivos, através do Comitê Executivo. De modo a tratar o risco adequadamente, o Itaú Unibanco dispõe de governança e processos que envolvem a ACGRF nas decisões de negócio e estratégia, visando a garantir que o risco seja gerido e que decisões sejam sustentáveis no longo prazo, sendo eles: (i) qualificação e incentivos de conselheiros e executivos; (ii) processo orçamentário; (iii) avaliação de produtos; (iv) avaliação e prospecção de fusões e aquisições proprietárias; e (v) arcabouço do apetite de risco, restringindo, por exemplo, concentrações de crédito e exposição a riscos relevantes e específicos.

Risco Reputacional

O Itaú Unibanco entende o risco reputacional como o risco decorrente das práticas internas, eventos de risco e fatores externos que possam gerar uma percepção negativa da instituição por parte de clientes, contrapartes, acionistas, investidores, supervisores, parceiros comerciais, entre outros, acarretando em impactos no valor da marca e/ou perdas financeiras, além de afetar de maneira adversa a capacidade do Itaú Unibanco de manter relações comerciais existentes, dar início a novos negócios e/ou continuar tendo acesso a fontes de captação.

A instituição entende que a reputação é de suma importância para o atingimento de seus objetivos de longo prazo, sendo a razão pela qual procura o alinhamento entre o discurso, a prática e a atuação ética e transparente, fundamental para ampliar o nível de confiança de seus públicos de relacionamento e partes interessadas. De modo geral, a reputação da instituição está calçada em sua estratégia (visão, cultura e competências) e é construída a partir das experiências, diretas ou indiretas, estabelecidas entre o Itaú Unibanco e as partes interessadas.

Visto que risco reputacional permeia, direta e indiretamente, todas as operações e processos da instituição, a governança do Itaú Unibanco é estruturada de maneira a garantir que potenciais riscos reputacionais sejam identificados, analisados e gerenciados ainda nas fases iniciais de suas operações e análise de novos produtos.

Desta forma, o tratamento dado ao risco reputacional pelo Itaú Unibanco é estruturado por meio de diversos processos e iniciativas internas que, por sua vez, são suportados por políticas, tendo como principal objetivo proporcionar mecanismos de monitoramento, gerenciamento, controle e mitigação dos principais riscos reputacionais. Dentre eles, destacam-se: (i) arcabouço do apetite de risco; (ii) prevenção e combate ao uso do Itaú Unibanco em atos ilícitos; (iii) gestão de crises e continuidade dos negócios; (iv) relações governamentais e institucionais; (v) comunicação corporativa; (vi) gestão da marca; (vii) ouvidoria e compromisso com a satisfação de clientes; e (viii) diretrizes de ética e prevenção à corrupção.

As instituições financeiras desempenham um papel fundamental na prevenção e no combate aos atos ilícitos, dentre os quais se destacam a lavagem de dinheiro, o financiamento ao terrorismo e as fraudes, em que o grande desafio é identificar e reprimir operações cada vez mais sofisticadas que procuram dissimular a origem, a propriedade e a movimentação de bens e valores provenientes de atividades ilegais. Itaú Unibanco estabeleceu uma política corporativa com o intuito de prevenir seu envolvimento com atos ilícitos e proteger sua reputação e imagem perante as partes interessadas, por meio de uma estrutura de governança orientada para a transparência, rigoroso cumprimento de normas e regulamentos e a cooperação com as autoridades policial e judiciária. Também busca alinhar-se continuamente às melhores práticas nacionais e internacionais para prevenção e combate a atos ilícitos, por meio de investimentos e contínua capacitação de seus colaboradores.

Para estar aderente às diretrizes dessa política corporativa, o Itaú Unibanco estipulou um programa de prevenção e combate a atos ilícitos, baseado nos seguintes pilares:

- Processo de Identificação de Clientes;
- Processo de “Conheça seu Cliente” (KYC);
- Processo de “Conheça seu Parceiro” (KYP);
- Processo de “Conheça seu Fornecedor” (KYS);
- Processo de “Conheça seu Funcionário” (KYE);
- Avaliação de Novos Produtos e Serviços;
- Monitoramento de Transações;
- Comunicação de Transações Suspeitas aos Órgãos Reguladores; e
- Treinamento e Conscientização.

Esse programa aplica-se a toda a instituição, incluindo as empresas controladas e coligadas no Brasil e no exterior. A governança sobre prevenção e combate a atos ilícitos é realizada pelo CA e órgãos colegiados. O documento que expressa as diretrizes estabelecidas no programa de prevenção e combate a atos ilícitos pode ser visualizado no [site www.itau.com.br/relacoes-com-investidores](http://www.itau.com.br/relacoes-com-investidores), na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, política corporativa de prevenção e combate a atos ilícitos.

Além disso, o Itaú Unibanco tem o compromisso de proteger as informações corporativas e garantir a privacidade dos clientes em quaisquer operações. Para isso, possui Política Corporativa de Segurança da Informação e conta com uma estrutura de monitoramento e controle dos processos abrangendo tecnologia, áreas de negócio e unidades internacionais, aderentes aos principais reguladores e auditorias externas e às melhores práticas e certificações de mercado. Adicionalmente, um *Security Operation Center* (SOC) atuando 24 horas por dia, sete dias por semana, contribui para a cibersegurança dos canais eletrônicos e do parque tecnológico do Itaú Unibanco, para o monitoramento das operações e conseqüente minimização do risco de um incidente de segurança.

10 Anexo I

Composição sobre o Patrimônio de Referência (PR) e Informações sobre adequação do PR

	30/09/2017		
	Valor (R\$mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$mil)	Referência do balanço do conglomerado
Capital Principal: instrumentos e reservas			
1 Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal	97.148.000	-	(k)
2 Reservas de lucros	30.571.596	-	(l)
3 Outras receitas e outras reservas	138.251	-	(m)
4 Instrumentos autorizados a compor o Capital Principal antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013			
5 Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias e elegíveis do Capital Principal do conglomerado ¹	11.024.129	105.165	(j)
Capital Principal antes dos ajustes prudenciais	138.881.976		
Capital Principal: ajustes prudenciais			
7 Ajustes prudenciais relativos a apreçamento de instrumentos financeiros	196.776	-	
8 Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	8.093.505	2.023.376	(e)
9 Ativos intangíveis	6.108.147	1.224.885	(h) / (i)
10 Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e os originados dessa contribuição relativos a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998 ²	4.619.801	1.154.950	(b)
11 Ajustes relativos ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa de itens protegidos que não tenham seus ajustes de marcação a mercado registrados contabilmente.	(1.721.607)	-	
12 Diferença a menor entre o valor provisionado e a perda esperada para instituições que usam IRB	-	-	
13 Ganhos resultantes de operações de securitização			
14 Ganhos ou perdas advindos do impacto de mudanças no risco de crédito da instituição na avaliação a valor justo de itens do passivo			
15 Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido	124.937	31.234	(d)
16 Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Principal, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	2.409.008	-	(n)
17 Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao Capital Principal			
18 Valor agregado das participações líquidas inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas, de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar, que exceda 10% do valor do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas	-	-	
19 Valor agregado das participações líquidas superiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas, de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar, que exceda 10% do valor do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas	-	-	
20 Direitos por serviços de hipoteca			
21 Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, acima do limite de 10% do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas	-	-	
22 Valor que excede a 15% do Capital Principal do qual: oriundo de participações no capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas, no capital de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	-	-	
23 do qual: oriundo de direitos por serviços de hipoteca			
24 do qual: oriundo de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização	-	-	
25 Ajustes regulatórios nacionais	(1.208.183)	-	
26.a Ativos permanentes diferidos	425	-	(g)
26.b Investimento em dependência, instituição financeira controlada no exterior ou entidade não financeira que componha o conglomerado, em relação às quais o Banco Central do Brasil não tenha acesso a informações, dados e documentos	-	-	
26.c Instrumentos de captação elegíveis ao Capital Principal emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeira no exterior, que não componham o conglomerado	-	-	
26.d Aumento de capital social não autorizado	-	-	
26.e Excedente ao valor ajustado de Capital Principal	-	-	
26.f Depósito para suprir deficiência de capital	-	-	
26.g Montante dos ativos intangíveis constituídos antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	1.208.608	-	(i)
26.h Excesso dos recursos aplicados no Ativo Permanente	-	-	
26.i Destaque do PR	-	-	
26.j Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Principal para fins regulatórios	-	-	
27 Ajustes regulatórios aplicados ao Capital Principal em função de insuficiência do Capital Complementar e de Nível II para cobrir deduções	-	-	
Total de deduções regulatórias ao Capital Principal	18.622.384		
Capital Principal	120.259.592		

¹ Considera ajuste prudencial correspondente a dedução da participação de não controladores.

² Considera a dedução das obrigações fiscais diferidas.

³ Apurado conforme Art. 9º da Resolução 4.192.

⁴ Apurado conforme Art. 29º da Resolução 4.192.

Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

Composição sobre o Patrimônio de Referência (PR) e Informações sobre adequação do PR

	30/09/2017	
	Valor (R\$mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$mil)
Capital Complementar: instrumentos		
30 Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar		
31 dos quais: classificados como capital social conforme as regras contábeis		
32 dos quais: classificados como passivo conforme as regras contábeis		
33 Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013		
34 Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias e elegíveis ao Capital Complementar do conglomerado ³	51.501	12.875
35 dos quais: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013		
36 Capital Complementar antes das deduções regulatórias	51.501	
Capital Complementar: deduções regulatórias		
37 Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Capital Complementar, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-	
38 Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao capital complementar		
39 Valor agregado dos investimentos líquidos inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou de instituições financeiras no exterior que não componham o conglomerado e que exceda 10% do valor do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas	-	
40 Valor agregado dos investimentos líquidos superiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou de instituições financeiras no exterior, que não componham o conglomerado	-	
41 Ajustes regulatórios nacionais	-	
41.a Valor agregado dos investimentos líquidos inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior que não componham o conglomerado e que não exceda 10% do valor do Capital Principal, desconsiderando	-	
41.b Participação de não controladores no Capital Complementar	-	
41.c Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Complementar para fins regulatórios	-	
42 Ajustes regulatórios aplicados ao Capital Complementar em função de insuficiência do Nível II para cobrir deduções	-	
43 Total de deduções regulatórias ao Capital Complementar	-	-
44 Capital Complementar	51.501	
45 Nível I	120.311.093	
Nível II: instrumentos		
46 Instrumentos elegíveis ao Nível II		
47 Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	19.722.563	19.722.563
48 Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias e elegíveis no capital de nível II do conglomerado ³	68.669	17.167
49 dos quais: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013		
50 Excesso de provisões em relação à perda esperada no IRB	-	-
51 Nível II antes das deduções regulatórias	19.791.232	
Nível II: deduções regulatórias		
52 Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Nível II, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-	
53 Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao Nível II		
54 Valor agregado dos investimentos líquidos inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou de instituições financeiras no exterior que não componham o conglomerado, que exceda 10% do valor do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas	-	
55 Valor agregado dos investimentos líquidos superiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou de instituições financeiras no exterior, que não componham o conglomerado	-	
56 Ajustes regulatórios nacionais	-	
56.a Instrumentos de captação elegíveis ao Nível II emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior, que não componham o	-	-
56.b Participação de não controladores no Nível II	-	-
56.c Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Nível II para fins regulatórios	-	-
57 Total de deduções regulatórias ao Nível II	-	-
58 Nível II	19.791.232	
59 Patrimônio de Referência (Nível I + Nível II)	140.102.325	
60 Total de ativos ponderados pelo risco	719.634.421	

¹ Considera ajuste prudencial correspondente a dedução da participação de não controladores.

² Considera a dedução das obrigações fiscais diferidas.

³ Apurado conforme Art. 9º da Resolução 4.192.

⁴ Apurado conforme Art. 29º da Resolução 4.192.

Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

Composição sobre o Patrimônio de Referência (PR) e Informações sobre adequação do PR

		30/09/2017	
		Valor (R\$mil)	Referência do balanço do conglomerado
Índices de Basileia e Adicional de Capital Principal			
61	Índice de Capital Principal (ICP)	16,7%	
62	Índice de Nível I (IN1)	16,7%	
63	Índice de Basileia (IB)	19,5%	
64	Valor total de Capital Principal demandado especificamente para a instituição (% dos RWA)	6,0%	
65	do qual: adicional para conservação de capital	1,25%	
66	do qual: adicional contracíclico	0,0%	
67	do qual: adicional para instituições sistemicamente importantes em nível global (G-SIB)		
68	Montante de Capital Principal alocado para suprir os valores demandados de Adicional de Capital Principal (% dos RWA) ⁵	1,5%	
Mínimos Nacionais			
69	Índice de Capital Principal (ICP), se diferente do estabelecido em Basileia III		
70	Índice de Nível I (IN1), se diferente do estabelecido em Basileia III	6,0%	
71	Índice de Basileia (IB), se diferente do estabelecido em Basileia III	9,25%	
Valores abaixo do limite para dedução (antes da ponderação pelo risco)			
72	Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	59.366	
73	Valor agregado das participações superiores a 10% do capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	11.308.662	(f) / (a)
74	Direitos por serviços de hipoteca		
75	Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias, não deduzidos do Capital Principal ²	194.110	(c)
Limites à inclusão de provisões no Nível II			
76	Provisões genéricas elegíveis à inclusão no Nível II relativas a exposições sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada		
77	Limite para a inclusão de provisões genéricas no Nível II para exposições sujeitas à abordagem padronizada		
78	Provisões elegíveis à inclusão no Nível II relativas a exposições sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem IRB (antes da aplicação do limite)	-	
79	Limite para a inclusão de provisões no Nível II para exposições sujeitas à abordagem IRB	-	
Instrumentos autorizados a compor o PR antes da entrada em vigor da Resolução 4.192, de 2013 (aplicável entre 1º de outubro de 2013 e 1º de janeiro de 2022)			
80	Limite atual para os instrumentos autorizados a compor o Capital Principal antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013		
81	Valor excluído do Capital Principal devido ao limite		
82	Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
83	Valor excluído do Capital Complementar devido ao limite	-	
84	Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	19.722.563	
85	Valor excluído do Nível II devido ao limite ⁴	19.722.563	

¹ Considera ajuste prudencial correspondente a dedução da participação de não controladores.

² Considera a dedução das obrigações fiscais diferidas.

³ Apurado conforme Art. 9º da Resolução 4.192.

⁴ Apurado conforme Art. 29º da Resolução 4.192.

⁵ Inclui adicional de capital principal de importância sistêmica, cuja exigência corresponde a 0,25%.

11 Glossários

11.1 Glossário de Siglas

A

- ACGRF – Área de Controle e Gestão de Riscos e Finanças
- ACP – Adicional de Capital Principal
- AVA - Avaliação de Vulnerabilidades e Ameaças

B

- BACEN - Banco Central do Brasil
- BIA - *Business Impact Analysis* (Análise de Impacto nos Negócios)
- BIS - *Bank for International Settlements*

C

- CA – Conselho de Administração
- CCB – Cédula de Crédito Bancário
- CDB - Certificado de Depósito Bancário
- CDI - Certificado de Depósito Interfinanceiro
- CDS - Credit Default Swap
- CEO – *Chief Executive Officer*
- CET I – *Common Equity Tier I* (Capital Principal)
- CGRC – Comitê de Gestão de Risco e Capital
- CMN - Conselho Monetário Nacional
- CNSP - Conselho Nacional de Seguros Privados
- CRA - Certificados de Recebíveis do Agronegócio
- CRI - Certificados de Recebíveis Imobiliários
- CRO – *Chief Risk Officer*
- CVM - Comissão de Valores Mobiliários
- Comef – Comitê de Estabilidade Financeira

D

- DRL - Demonstrativo de Risco de Liquidez
- DV01 - *Delta Variation* (medida de sensibilidade)

F

- FCL – Fator de Conversão de Crédito de Operações a Liquidar
- FEPP – Fator de Exposição Potencial Futura
- FIDC - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
- FII – Fundo de Investimento Imobiliário
- FPR - Fatores de Ponderação de Riscos

H

- HQLA – *High quality liquid assets*

I

- IAISG - Informações para Avaliação da Importância Sistêmica Global
- ICAAP – Processo interno de avaliação da adequação de capital
- IGPM – Índice Geral de Preços do Mercado

- IPCA - Índice de Preço ao Consumidor Amplo
- IPV – *Independent Price Validation*

J

- JCP – Juros sobre capital próprio

L

- LCR – *Liquidity Coverage Ratio*

M

- MEP – Método de Equivalência Patrimonial
- MtM – Mark to Market

P

- PCN - Planos de Continuidade de Negócios
- PIB – Produto Interno Bruto
- PR - Patrimônio de Referência
- PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar

R

- RAS – *Risk Appetite Statement*
- RCP – Risco de Crédito Potencial
- RBAN - Montante do PR apurado para cobertura do risco de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação
- RCAP - *Regulatory Consistency Assessment Programme*
- RWA - *Risk Weighted Assets (ativos ponderados pelo risco)*
- RWA_{CPAD} - Parcela relativa às exposições ao risco de crédito
- RWA_{MINT} - parcela relativa ao cálculo de capital requerido para risco de mercado, segundo abordagem interna
- RWA_{MPAD} - parcela relativa ao cálculo de capital requerido para risco de mercado, segundo abordagem padronizada
- RWA_{OPAD} - Parcela relativa ao cálculo de capital requerido para o risco operacional

S

- SPE – Sociedade de Propósito Específico
- SOC – *Security Operation Center*
- SUSEP – Superintendência de Seguros Privados

T

- TAC – Termo de Ajustamento de Conduta
- TRS - Total Return Swap
- TI - Tecnologia da Informação
- TR - Taxa Referencial
- TVM - Títulos e Valores Mobiliários

V

- VaR - *Value at Risk* (perda máxima dado horizonte de tempo e intervalo de confiança)

11.2 Glossário de Regulamentos

- Circular BACEN 3.354, de 27 de junho de 2007
- Circular BACEN 3.547, de 07 de julho de 2011
- Circular BACEN 3.634, de 04 de março de 2013
- Circular BACEN 3.639, de 04 de março de 2013
- Circular BACEN 3.640, de 04 de março de 2013
- Circular BACEN 3.641, de 04 de março de 2013
- Circular BACEN 3.644, de 04 de março de 2013
- Circular BACEN 3.645, de 04 de março de 2013
- Circular BACEN 3.646, de 04 de março de 2013
- Circular BACEN 3.647, de 04 de março de 2013
- Circular BACEN 3.674, de 31 de outubro de 2013
- Circular BACEN 3.678, de 31 de outubro de 2013
- Circular BACEN 3.701, de 13 de março de 2014
- Circular BACEN 3.748, de 26 de fevereiro de 2015
- Circular BACEN 3.749, de 05 de março de 2015
- Circular BACEN 3.751, de 19 de março de 2015
- Circular BACEN 3.768, de 29 de outubro de 2015
- Circular BACEN 3.769, de 29 de outubro de 2015
- Circular BACEN 3.809, de 25 de agosto de 2016
- Carta Circular BACEN 3.775, de 14 de julho de 2016
- Carta Circular BACEN 3.774, de 14 de julho de 2016
- Carta Circular BACEN 3.782, de 19 de setembro de 2016
- Resolução CNSP 321, de 15 de julho de 2015
- Resolução CMN 3.380, de 29 de junho de 2006
- Resolução CMN 3.444, de 28 de fevereiro de 2007
- Resolução CMN 3.464, de 26 de junho de 2007
- Resolução CMN 3.533, de 31 de janeiro de 2008
- Resolução CMN 3.721, de 30 de abril de 2009
- Resolução CMN 3.921 de 25 de novembro 2010
- Resolução CMN 3.988, de 30 de junho de 2011
- Resolução CMN 4.090, de 24 de maio de 2012
- Resolução CMN 4.192, de 01 de março de 2013
- Resolução CMN 4.193, de 01 de março de 2013
- Resolução CMN 4.195, de 01 de março de 2013
- Resolução CMN 4.280, de 31 de outubro de 2013
- Resolução CMN 4.512, de 28 de julho de 2016
- Resolução CMN 4.557, de 23 de fevereiro de 2017